

José Domingos

LINGUAGEM E DISCURSO  
NA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO



José Domingos

# Linguagem e discurso na constituição do sujeito



Marca de Fantasia  
Paraíba, 2019. 2ª edição

# Linguagem e discurso na constituição do sujeito

José Domingos

Série Veredas, 30. 2ª edição. 2019



**MARCA DE FANTASIA**

Rua Maria Elizabeth, 87/407  
João Pessoa, PB. 58045-180  
marcadefantasia@gmail.com  
www.marcadefantasia.com

A editora Marca de Fantasia é uma atividade da Associação Marca de Fantasia e do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB

**Diretor/Editor/Designer:** Henrique Magalhães

## Conselho Editorial

Adriana Amaral - Unisinos/RS; Adriano de León - UFPB;  
Alberto Pessoa - UFPB; Edgar Franco - UFG; Edgard Guimarães - ITA/SP;  
Gazy Andraus, Pós-doutoramento na FAV-UFG; Heraldo Aparecido Silva - UFPI;  
José Domingos - UEPB; Marcelo Bolshaw - UFRN; Marcos Nicolau - UFPB;  
Marina Magalhães - Universidade Losófona do Porto; Nílton Milanez - UESB;  
Paulo Ramos - UNIFESP; Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP;  
Waldomiro Vergueiro, USP; Wellington Pereira, UFPB

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610, sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores ou detentores de direitos autorais.

---

ISBN 978-65-5053-005-1

## Sumário

---

- 5. Apresentação
- 8. História da Análise do Discurso:  
um breve preâmbulo
- 22. Bakhtin, Foucault, Pêcheux:  
uma tríade teórica no domínio discursivo
- 47. Práticas de subjetivação e discursividade da imagem:  
um olhar sobre o armário
- 64. Docente e travesti: o papel do Discurso  
na configuração do “gênero”

## Apresentação

---

Neste trabalho, trazemos algumas reflexões sobre a problemática do sujeito em sua relação com o discurso e a linguagem. Nessa perspectiva, o que entendemos como sujeito pressupõe modos diversos de constituição do ser humano na história. Assim, as fragmentadas formas como o sujeito é dado a ver sócio-historicamente ganham existência através das unidades materiais da linguagem e do discurso.

Para compreender a dimensão discursiva que constitui o sujeito, faz-se necessário mergulhar no funcionamento dos processos pelos quais os dizeres circulam na sociedade. Isso nos coloca diante da questão da “produção de sentido” e sua concepção no interior da Análise do Discurso. Desse modo, antes de empreendermos algumas análises, apresentamos no texto **História da Análise do Discurso: um breve preâmbulo** um sobrevoo pelo quadro histórico da AD enquanto campo interdisciplinar.

Nessa direção, faremos um deslocamento pela história a fim de situarmos sua constituição e desenvolvimento da Análise do Discurso enquanto campo teórico, que tem oferecido nas últimas décadas suporte para uma extensa e variada gama de inquietações no campo do discurso e da linguagem. Nesse movimento, assinalamos o processo de reformulação por que passou a proposta teórico-metodológica de Michel Pêcheux para o estudo do discurso, observando seu

caráter inconcluso, tão próprio aos domínios do conhecimento que se ocupam do sujeito e da linguagem.

No texto seguinte, **Bakhtin, Foucault, Pêcheux: uma tríade teórica no domínio discursivo**, fazemos uma incursão pela noção de discurso, descrita à luz do pensamento de Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Michel Pêcheux. Sem pretender uma análise comparativa entre os três autores, antes, queremos refletir como o discurso, elemento teórico fundamental nas teses desses pensadores, funciona em relação aos estudos que propõem uma articulação entre teorias linguísticas, teorias do sujeito e teorias da história e da sociedade.

Após esses apontamentos de cunho mais teórico sobre o discurso e a linguagem, no texto **Práticas de subjetivação e discursividade da imagem: um olhar sobre o armário** realizamos um exercício de análise sobre a mídia enquanto lugar privilegiado de produção e circulação das discursividades contemporâneas. Neste caso, iremos nos ocupar daquelas discursividades que comungam em sua materialidade elementos verbais e não-verbais (imagens), considerando as contribuições da Semiologia Histórica proposta e desenvolvida por J-J. Courtine (2006) para os estudos do discurso.

Ao lado disso, buscaremos das ideias de Michel Foucault, trabalhadas pela Análise do Discurso, elementos que nos possibilitem pensar as práticas discursivas de subjetivação/objetivação sobre o sujeito gay veiculadas na mídia. Para tanto, analisamos materialidades compostas de capas de revistas e peças publicitárias em que os enunciados põem em relevo o discurso sobre sair do armário, cuja emergência, como acontecimento discursivo, se deu no interior do movimento gay. Nesse sentido, observamos as condições de possi-

bilidade por que passa o sujeito gay a fim de constituir-se enquanto experiência histórica do presente.

Na última parte de **Linguagem e discurso na constituição do sujeito**, discutimos a concepção de atividade docente enquanto gênero, a partir do conceito de gênero da atividade/gênero profissional proposto em Faïta (2004). Para compreender o deslocamento que se opera com a noção de gênero no interior das Ciências Humanas, passando dos estudos linguísticos e literários ao campo da análise do trabalho, retomamos o pensamento de Mikhail Bakhtin no que diz respeito aos gêneros do discurso/gêneros textuais.

Assim, recorrendo ao construto teórico-metodológico do Interaçionismo Sociodiscursivo (ISD) e pressupondo o homem como ser sócio-histórico que desenvolveu a linguagem no trabalho, na interação com o outro; sendo a linguagem, pois, uma forma de ação, em **Docente e travesti: o papel do Discurso na configuração do “gênero”** procuramos compreender como se configura o gênero profissional docente, à luz do dizer do próprio educador, analisando os temas e as vozes sociais que emergem nos discursos de professoras travestis. Além disso, observamos como sua relação com a linguagem sinaliza seu modo de se perceber e de se colocar discursivamente no mundo.

# História da Análise do Discurso: um breve preâmbulo

---

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre o língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento.

Denise Maldidier

## Introdução

Este artigo apresenta um breve sobrevoo pelo quadro histórico da Análise do Discurso enquanto campo interdisciplinar. Compreender a Análise do Discurso a partir de sua interdisciplinaridade é aceitar que esta condição a torna um campo propício a inquietações. São preocupações que vão desde os aspectos teóricos e metodológicos da AD, até o modo como cada analista se apropria de seus conceitos e método e os faz funcionar de acordo com uma dada filiação político-institucional.

Cumprir considerar que ao longo de quatro décadas desde sua idealização por Michel Pêcheux, diversas questões foram reformula-

das no cerne de sua proposta teórico-metodológica para o estudo do discurso. Acompanhando na íntegra o trabalho do pensador francês, torna-se visível o aspecto segmentável de sua obra, fato que o próprio autor considerou ao distinguir “as três épocas da AD”.

Por razões técnico-metodológicas, não se pretende neste artigo apresentar um percurso didatizado dos três momentos da trajetória da Análise do Discurso, mas como o próprio título aponta, irá deslocar-se pela história de sua constituição e desenvolvimento de forma descontínua, uma vez que se existe algo próprio a qualquer campo do saber, este “próprio” é seu caráter de inacabado.

## AD - a constituição de um campo interdisciplinar

Para iniciar este sobrevoo à história da Análise do Discurso francesa (AD), reporta-se ao fato de essa perspectiva de estudo do discurso, comumente reconhecida por AD francesa, ter origem nos anos 1960 e surgir em um contexto intelectual afetado por duas rupturas: a primeira relativa ao campo da Linguística, que já não considerava mais o sentido como “conteúdo”. Isso permitiu a Análise do Discurso não trabalhar com a concepção tradicional da análise de conteúdo, ou seja, interessa para a AD francesa o “como” a linguagem funciona e não o que a linguagem quer dizer (ORLANDI, 2004).

A outra ruptura que afetou o contexto anteriormente citado pela autora foi o trabalho de leitura que intelectuais como Althusser, Lacan, Pêcheux e Foucault (suas noções de formação discursiva, memória, interdiscurso e práticas discursivas são fundamentais para

o arcabouço teórico da AD) fizeram, respectivamente, da obra de Marx, Freud e Saussure.

Como reafirmado por Gregolin (2007a), a releitura de Saussure foi um dos principais motores desse movimento, cujo objetivo era separar a Linguística do funcionalismo sócio-psicologista, apoiando-se, principalmente, nos trabalhos de Jakobson e de Benveniste. É portanto, na ambiência dessa conjuntura epistemológica que surge, e pela qual fortemente é marcada, a Análise do Discurso francesa como disciplina transversal.

Nesse ponto, vale deixar claro o porquê “transversal”: quando no título do tópico referiu-se a Análise do Discurso como campo interdisciplinar foi para ressaltar a base teórico-metodológica por meio da qual ela se relaciona (ainda que tensamente) com uma teoria da língua, uma teoria da história e uma teoria do sujeito (*id.* p. 199); e para evitar que se caia na “tentação de encará-la como uma disciplina de caráter meramente instrumental, sem especificidade própria”<sup>1</sup>. Ainda no texto recém citado de Gregolin, a mesma demonstra uma inquietação, que deveria ser comum entre os analistas do discurso, com a historicidade epistemológica e política do corpo teórico-metodológico que sustenta a AD desenvolvida hoje.

A autora fala de um *silêncio tagarela* por que foram tomados inúmeros trabalhos em “análise de discurso” ultimamente: são práticas que vão desde o apagamento das condições de produção de certas formulações à aparente confusão entre propostas, parecendo que qualquer coisa que se faça é “análise do discurso”. O preço desse

---

1. Na introdução de seu texto intitulado *O quadro atual da análise de discurso no Brasil, um breve preâmbulo*, Maria Cristina Leandro Ferreira atribui a alguns teóricos essa visão da AD.

esquecimento da história e do percurso da construção conceitual é uma certa demarcação territorial que multiplica os rótulos no interior da teoria.

É possível que, em certa medida, o diálogo que a AD estabelece com os campos diversos do conhecimento e as transformações político-sociais que provocaram a crise dos paradigmas nas últimas décadas favoreçam os *apagamentos históricos* que a autora menciona ou até mesmo a deslocamentos conceituais?

É possível que sim, pois há que considerar os dois dados seguintes: primeiro, os conceitos que compõem o conjunto teórico da AD são eminentemente complexos, ademais não surgiram com a teoria, mas a partir dela tornaram-se interdependentes dentro de uma articulação com diversas áreas do conhecimento. Segundo, o trabalho que a Análise do Discurso produz sobre a linguagem favorece a uma mudança de perspectiva na relação do objeto com o sujeito e deste com a realidade sócio-histórica. “E isso a faz, em muitos casos, uma disciplina nitidamente de intervenção no meio social, político e histórico” (FERREIRA, 2007, p. 16). Deve-se notar que esta ideia estava bem mais explicitada quando do surgimento da AD.

Ao lado da preocupação de Gregolin em relação à história epistemológica da AD, Jean-Jacques Courtine em seu *A estranha memória da análise do discurso* demonstra um visível incômodo com o lugar que o pensamento e o trabalho de Michel Pêcheux tem ocupado em certas disciplinas que trabalham com o discurso:

Começamos pelo próprio título da rubrica: escola francesa de análise do discurso. Gostaria de dizer aqui que nem Michel Pêcheux, nem aqueles que estavam com ele na origem do projeto da AD jamais em-

pregaram esse termo, ou, se o fizeram, nunca foram reconhecidos por essa etiqueta. (COURTINE, 2005, p. 27).

Na sequência, o autor afirma que essa expressão (AD francesa) se generalizou posteriormente em meados dos anos 1970 por aqueles que acreditavam ser necessário produzir manuais de AD, cuja concepção de discurso era contrastiva e a partir da qual pensavam o universo em termos de tipologia. Courtine fecha esse ponto mostrando que Pêcheux naquele momento estava inteiramente debruçado sobre a construção teórica e metodológica da AD, que preocupações disciplinares e pedagógicas lhe eram inteiramente estranhas.

Antes de entrar no quadro mais recente da AD, é importante retornar fatos que o precederam. “Michel Pêcheux, como se sabe, dá início à Análise do Discurso na França, como seu principal articulador, em fins da década de 60, época que coincide com o auge do estruturalismo, como paradigma de formatação do mundo, das idéias e das coisas para toda uma geração da intelectualidade francesa” (FERREIRA, 2005, p. 13). Dentro do modelo estruturalista de análise da língua (uma estrutura formal por excelência), não havia espaço para o sujeito, tampouco para a dimensão histórica da linguagem. Esse modelo perdeu sua hegemonia diante das novas questões colocadas às Ciências Humanas no final daquela década, em especial o movimento de Maio de 68.

Como afirma Dosse (1993), esse evento funda um novo cenário que põe o sujeito no centro das interrogações, ou seja, o fez “reaparecer pela janela, após ter sido expulso pela porta”. Do ponto de vista político, a AD nasce, assim, na perspectiva de uma interven-

ção, de uma ação transformadora, que visa combater o excessivo formalismo linguístico então vigente. Ao lado dessa tendência revolucionária, a AD busca desautomatizar a relação com a linguagem, donde sua relação crítica com a Linguística. A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é problematizar o interior da própria Linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época (FERREIRA, 2005).

Desse modo, o sujeito, determinado pela linguagem, pelo materialismo histórico e pelo inconsciente, que fora negado no Estruturalismo, assim viria a ser encontrado no livro *Análise automática do discurso* de Michel Pêcheux e no lançamento da revista *Langages* organizada por Jean Dubois. Do ponto de vista cronológico, o ano destas publicações (1969) é o marco inaugural da AD. O papel que a AD atribuiu à linguagem como sendo elemento fundante do sujeito é aquilo que mais a distancia das abordagens meramente formais e categorizantes do estruturalismo que usam a língua como instrumento para explicação de textos.

Seguramente, o olhar da Análise do Discurso sobre a linguagem tem lhe custado um “caso mal resolvido” com a Linguística. Ainda que a AD atue sobre uma base material que é da ordem do linguístico, ambas não compartilham totalmente a visão de língua e sujeito por exemplo. Como pensa Ferreira (2007), entre AD e Linguística há contato, não pertencimento. Esta não está contida naquela. É bem verdade, que dentro da lógica burocrata do CNPq, CAPES e grande parcela das instituições de ensino essa caracterização é inócua.

Se houve, desde o início, uma natureza de ruptura da AD com a conjuntura política e epistemológica então vigente e ao mesmo tempo uma aproximação com diversos outros campos, não foi para fazer da AD “nem disciplina autônoma, nem disciplina auxiliar” (ROBIN *apud* FERREIRA, 2005, p.15). O que ela visa antes de tudo é tematizar o objeto discursivo como “objeto de fronteira” a várias divisões disciplinares, isso a põe no lugar de interpretação ou teoria crítica da linguagem. No que tange à interpretação, o próprio Pêcheux (1998, p.53), deixa claro: “A AD não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito”.

O que é marcante na proposta teórica da AD em contraposição às ciências positivistas é seu interesse pelos campos discursivos não estabilizados logicamente, assim como os múltiplos registros do cotidiano não estabilizados. Essa reserva permite que se desenvolvam trabalhos no interior da AD voltados aos mais diversos registros de discursividade. O desafio crucial é o de *construir interpretações*, sem jamais neutralizá-las, nem no “qualquer coisa” de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal (*id. ibid.*).

Diante disso, fica patente a impossibilidade de se acessar um sentido que estaria oculto atrás de um texto. Necessita-se de um “instrumento teórico” que alcance a dimensão linguística e histórica da linguagem; a discursividade, citando Orlandi (2004). A Análise do Discurso vem ocupar esse lugar dessa necessidade teórica trabalhando a opacidade do dizer e vendo nela o funcionamento da linguagem: a

inscrição da língua na história para que ela - a língua- signifique. Em síntese, a AD não produz seu resultado no objeto linguístico, mas no objeto sócio-histórico; o linguístico intervém como pressuposto. A análise linguística é necessária, mas não é suficiente.

Como fora posto em suspenso anteriormente, retoma-se agora ao quadro mais recente da AD. Passados 40 anos desde a publicação dos trabalhos, aqui já citados, pelos quais a Análise do Discurso é lançada no campo dos estudos da linguagem, perfazendo um trajeto de desenvolvimento e consolidação, é importante fazer algumas considerações, especialmente sobre o desenvolvimento desse trajeto tanto da parte brasileira como da francesa. O início dos anos de 1980 parece ser uma data decisiva para se compreender “os sentidos” que a AD tomou a partir de então e a relação entre a teoria do discurso de Pêcheux na França e aqui.

Nos primeiros anos daquela década, o Brasil passava pelo enfraquecimento do regime político ditatorial que se instalara desde 1964. O trabalho de Eni Orlandi na Unicamp favorece para que a AD se configure como uma “disciplina” acadêmica – é consenso que sem o enfraquecimento da ditadura militar seria inviável a implantação no ambiente da academia de uma teoria (linguística) com base marxista<sup>2</sup>. O mundo enfrentava o declínio dos movimentos “estruturalistas”, a crise dos “marxismos” e a morte de importantes figu-

---

2. No texto *Tempos brasileiros...*, Rosário Gregolin chama a atenção para o esforço militante de Carlos Henrique de Escobar, ainda durante os anos de 1960 e 1970, pelo desenvolvimento de “uma ciência dos discursos ideológicos” no Brasil. Foi um trabalho quase simultâneo às discussões realizadas por Pêcheux, Foucault e o grupo de Althusser na França. A tentativa de Escobar em investigar a relação Marx/Freud/Saussure foi silenciada pelo fragor imperioso da ditadura militar, fato decisivo para os rumos que a AD viria a tomar por aqui anos mais tarde.

ras que os sustentaram desde 1950 como Althusser, Barthes, Lacan, Pêcheux e Foucault (GREGOLIN, 2007a).

Após sua introdução no Brasil, dentro do contexto acima descrito, a AD foi se consolidando no cenário linguístico acadêmico brasileiro ao mesmo tempo que “se descolou da Linguística e ganhou maior entrada nas áreas-fronteiras das ciências humanas, como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise” (FERREIRA, 2005, p. 21). Um ponto importante dessa maior circulação da AD por outros campos, é o como isso contribui para desfazer certas visões ultrapassadas, como a que insiste em identificar a AD como análise de discurso político. Hoje essa situação se alterou com a diversidade de materiais que são objetos de interesse dos analistas do discurso brasileiros:

Do campo verbal ao não-verbal, passando pelos temas sociais (imigração, movimento sem terra, greves, *gênero e sexualidade*<sup>3</sup>), e por diferentes tipos de discurso (religioso, jurídico, científico, cotidiano), ou por questões estritamente teóricas (hiperlíngua, autoria, sujeito do discurso, equivocidade da língua), a AD no Brasil [...] se consolidou e garantiu seu lugar no âmbito dos estudos da linguagem realizado pelas ciências humanas. (*id. ibid.*).

Enquanto os estudos em AD no Brasil conservaram uma postura mais histórico-política, Courtine (2005) diz, e o tom é de crítica, que a partir da segunda metade dos anos de 1980, a AD na França progressivamente gramaticalizou-se, distanciando-se da dimensão histórica do discurso. Essa compreensão de que o percurso dos saberes, os conhecimentos científicos são históricos leva Gregolin (s/d)

---

3. Grifo nosso.

a propor que a análise do discurso de tradição francesa que se tem hoje no Brasil possa ser chamada de “brasileira”, uma vez que surgiu em outro momento histórico, em outro espaço geográfico e institucional, adquiriu outras características, tem outras problemáticas e formula outras questões. Entender o panorama histórico da AD exige distinguir o que a particularizou lá e cá: quando, na França, a AD já vivia um tempo de re-elaboração (início dos anos 80), no Brasil a teoria ainda desembarcava. Isso influenciou a interpretação de seus textos teóricos como mostra Gregolin, (2007a, p.200):

Essa defasagem temporal certamente provocará efeitos na recepção dos textos e na sua circulação, especialmente porque foram sendo lidos e traduzidos numa cronologia diferente daquela estabelecida na historicidade francesa. Uma série de diferenças deriva dessa diferença no tempo e no espaço: uma delas diz respeito ao “método automático” que não foi transplantado para o Brasil – evidentemente porque já havia sido superado na França.

Ao final do trabalho citado, a autora argumenta que o desconhecimento desse complexo diagrama da história franco-brasileira dá margem a discursos que fazem circular uma visão redutora da Análise do Discurso, relacionando-a apenas às formulações da “primeira época” da empreitada teórica de Michel Pêcheux. À época, fortemente tocado por Althusser – leia-se interpelação ideológica, assujeitamento – Pêcheux não parou aí: burilou conceitos, repensou teorias, e quando de sua morte, já se avizinhava de figuras com um pé na Nova História ou os filósofos do discurso como Foucault, de quem a AD recebeu grande contribuição teórica.

É pertinente neste ponto, não deixar de ressaltar a importância que o trabalho de Mikhail Bakhtin teve e tem no estudo do discurso: A ideia de *heterogeneidade discursiva*, que Jacqueline Authier-Revuz desenvolve com base na Psicanálise lacaniana e no Dialogismo bakhtiniano, aproxima a proposta teórica de M. Pêcheux do estudo de Bakhtin sobre a importância do *outro* na construção da linguagem.

Se é possível reconhecer hoje um terreno brasileiro consolidado e atuante em Análise do Discurso, é resultado de uma trajetória principiada por Michel Pêcheux e feita nos encontros com alguns nomes (Saussure, Lacan, Althusser, Foucault...), que em maior ou menor grau, foram determinantes para esta teoria do discurso. Seguindo essa linha teórica, atualmente no Brasil vários grupos desenvolvem trabalhos em AD.

Quanto da fundação, os grupos das regiões Sul e Sudeste são pioneiros nessas pesquisas, contudo universidades do Nordeste, como UFPB, UERN, UESB têm visto despontar nos últimos anos grupos (CIDADI, GEDUERN, GRUDIOCORPO) cujo mérito está no fomento às pesquisas fundamentadas na Análise do Discurso aqui descrita. Interessam a estes grupos desde os mecanismos de produção de sentidos em diferentes tipos de discurso, à questão da identidade e do corpo. A atuação desses grupos no campo dos estudos do discurso ratifica o pensamento de M<sup>a</sup> C. Leandro Ferreira (2007) para o qual aqui a AD “se mostra pulsante, sem medo de incorporar novas materialidades, e sem estacionar nas questões e querelas que marcaram sua origem européia”.

Para concluir este sobrevoos à história da AD, é fundamental compreender que a trajetória investigativa da Análise do Discurso tem

sido marcada por mudanças relativas aos objetos analisados. Estes não mais se restringem a um tipo de discurso (político e escrito), pelo contrário, inclinam-se para a sua diversidade (em particular os discursos do cotidiano). Esta nova face dos estudos da linguagem em geral, e da Análise do Discurso em particular, é um efeito do advento das novas tecnologias e sua possibilidade de representação do social.

Diante deste fato incontornável, o trabalho do analista do discurso está continuamente faceado à necessidade quase compulsória de se repensar a teoria e o método de analisar o discurso. Ele (o discurso) na posição de um objeto historicamente determinado põe, atualmente, a disciplina que o privilegia em estado de interrogação. Quiçá, seja esta uma nova virada para mais uma página na história da AD.

Se hoje a Análise do Discurso compartilha, junto àqueles que se dedicam ao seu estudo, desse estatuto de um saber sempre inacabado, implica que este não seja apenas um ponto de chegada dentro de uma longa narrativa, mas reportando-se a Guilhaumou (2009), o momento para rever “o início do acontecimento discursivo da Análise do Discurso”.

## Referências

COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* n° 62. Paris : Didier Larousse, 1981.

\_\_\_\_\_. A estranha memória da análise do discurso. In: FERREIRA, M.C.L. ; INDURSKY, Freda. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. Campinas : Editora da Unicamp, 1993.

FERREIRA, M.C.L. Introdução. In: FERREIRA, M.C.L. ; INDURSKY, Freda. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso no Brasil: notas à sua história. In: *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. Org. Fernandes, Cleudemar Alves e Santos, João Bosco Cabral dos. São Carlos: Claraluz, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. 3ª. Ed. São Carlos: Claraluz, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Tempos Brasileiros: Percursos da Análise do Discurso nos desvãos da História do Brasil*. In: *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. Org. Fernandes, Cleudemar Alves e Santos, João Bosco Cabral dos. São Carlos: Claraluz, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e história: relações entre linguística e análise do discurso*. [ s. l. : s. n.]. [ s. d.].

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Org. Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João editores, 2009.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: re(ler) Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. A Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshal e Heloísa Monteiro Rosário. In: *Caderno de tradução*. 2ª edição, [s. l.]: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, ed. Da UNICAMP, 1998.

## Bakhtin, Foucault, Pêcheux: uma tríade teórica no domínio discursivo

---

A vaga palavra “discurso” que se refere indiferentemente à língua, ao processo da fala, ao enunciado, a uma sequência (de comprimento variável) de enunciados, a um gênero preciso do discurso etc., esta palavra, até agora, não foi transformada pelos lingüistas num termo rigorosamente definido e de significação restrita.

M. BAKHTIN

### Introdução

A ideia deste ensaio é fazer uma incursão pela noção de *discurso* descrita à luz do pensamento de Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Michel Pêcheux. De pronto, preciso observar que não me proponho aqui empreender um estudo comparativo das teses dos três pensadores acerca do discurso, mas uma vez localizado o elemento discursivo como um escopo de suas obras, refletir como este elemento – o discurso – funciona em relação aos estudos que propõem uma articulação entre teorias linguísticas, teorias do sujeito e teorias da história e da sociedade.

Tendo em vista o aspecto metodológico do ensaio, bem como a dimensão da obra desses autores, tomarei para esta discussão o texto em que, a meu ver, a mirada de cada um dos autores é o discurso. Assim, partirei de *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006) de Bakhtin, *A ordem do discurso* (2008b) de Foucault e *Discurso: estrutura ou acontecimento?*(2008) de Pêcheux sem perder de vista uma articulação com o conjunto da obra dos mesmos no que toca à questão do discurso.

É importante destacar também as necessárias singularidades que marcam o trabalho desses autores. Evidentemente não se está aqui “colocando numa mesma caixinha” elementos com percepções epistemológicas opostas, e sim reconhecendo, a despeito dos diferentes lugares de onde falam, um ponto comum aos três autores no que se refere aos estudos do discurso. Portanto, quer seja para uma Análise/ Teoria dialógica do discurso, para uma Análise do Discurso francesa (AD), ou ainda para os historiadores do discurso (como alguns preferem situar Michel Foucault) permanece a visão de discurso que vai além do domínio linguístico.

## Esse objeto dialógico, o discurso

Além do fato já mencionado anteriormente, a escolha de *Marxismo e filosofia da linguagem* (doravante MFL) como base para uma discussão sobre o discurso em Bakhtin<sup>1</sup> deveu-se ainda ao fato de

---

1. É importante destacar que se reconhece uma dupla autoria – Bakhtin/Volochinov – em MFL, contudo, por uma conformidade metodológica, neste texto enfoca-se apenas a figura de Bakhtin.

esta ser, talvez, sua obra mais representativa dentro dos estudos da linguagem e nas diferentes vertentes que estudam o discurso. Tal fato pode ser justificado pela forma fragmentada como foi se dando a conhecer no Ocidente o trabalho do pensador russo, que antes dos anos de 1970 era lido apenas pelos estudiosos da Literatura.

Com *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin desperta a atenção dos linguistas. Brait (2006) afirma que “naquele momento, final da década de 1970, havia claramente duas opções: de um lado, a vertente estruturalista, voltada para as questões do sistema. (...) De outro lado, uma *poética sociológica*, voltada, por assim dizer, para os estudos do ‘conteúdo’”. O interesse dos linguistas por essa obra passa pelo tratamento dispensado pela mesma aos estudos da linguagem. Uma espécie de “terceira margem dos estudos da linguagem”, como menciona Brait no mesmo texto acima citado.

Datado de 1929, *Marxismo e filosofia da linguagem* significou uma nova via para os estudos da linguagem, diferente das orientações até então em voga. Numa expressa crítica à visão saussuriana de linguagem, o russo põe em questão a problemática acerca do objeto da filosofia da linguagem, afirmando que não é muito simples delimitá-lo visto se tratar de um objeto interdisciplinar. Há que se ver aí a gênese de sua noção de discurso vista como ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos, o elemento constitutivo das próprias significações.

Para Bakhtin, o objeto da filosofia da linguagem não poderia ser limitado ao aspecto físico da língua, tampouco ao seu aspecto psíquico-filosófico. Dever-se-ia, pois, definir seu objeto pondo em consideração, além desses aspectos, a inserção do sujeito da língua no

meio histórico-social. Ao incorporar sujeito e história nos elementos de interesse para os estudos linguísticos, tem-se uma concepção de linguagem que difere da Linguística da imanência, para a qual estes dois elementos não importavam.

Reconhecendo a complexidade própria do objeto da linguagem, o autor de *Marxismo...* faz um apanhado histórico-filosófico dos dois modelos de estudos linguísticos de então. Após denominá-los de *objetivismo abstrato* e *subjetivismo idealista*, o autor faz sua crítica ao que considera uma “linguística da língua” e ao que seria uma “linguística da fala”. No primeiro modelo, há o predomínio do caráter positivista, cartesiano e lógico-formal. Aqui não há espaço para o individual<sup>2</sup>. Nessa orientação, “o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem definida, situa-se, ao contrário, no *sistema lingüístico*, a saber *o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua*” (BAKHTIN, 2006, p. 77). É a linguagem pretensamente sem nenhum componente ideológico, pois não há historicidade. São vários os seus representantes, indo de René Descartes a Ferdinand de Saussure.

O conceito de língua no *objetivismo abstrato* compreende uma estrutura casta e asséptica. Mas por que objetiva? Visto seu caráter positivo, quer dizer, que define regras. E por que abstrata? Pois não reconhece o sujeito histórico que se utiliza da língua em situações concretas de uso. Assim, a língua existe enquanto um sistema está-

---

2. É necessário fazer uma distinção entre o conceito de individual natural isolado, não associado ao mundo social, tal como o conhece e estuda a Biologia, e o conceito bakhtiniano de individualidade, que já se apresenta como uma superestrutura ideológica semiótica, que se coloca acima do indivíduo natural e é, por consequência, social.

vel de formas normativas que a consciência individual já encontra “pronto”. Nesse sistema fechado e sincrônico de formas e normas não são reconhecidas quaisquer motivações ideológicas.

Por sua vez, no outro modelo - *subjetivismo idealista* – Bakhtin critica o lugar do sujeito de agente primeiro e único da língua. É o outro extremo da questão, que vê no psicologismo individual de Wilhelm Von Humboldt, Chaim Steinthal e na estética de Karl Vosler e Benedetto Croce a palavra “expressão” como a tradução mais perfeita para a noção de língua. Nessa orientação, “a língua constitui um fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade” (*id. ibid.*). Donde a Linguística como ciência da expressão por excelência se confunde com a Estética.

Contudo, para Bakhtin, o estudo da ideologia não pode apoiar-se na psicologia. E a própria consciência individual não pode servir de base para algum tipo de explicação, pois a mesma carece ser explicada de um ponto de vista sociológico e translinguístico. O russo também não concorda que a língua seja estática e ordenada como preconiza o *objetivismo abstrato*. Em síntese, não é a língua supraindividual e asséptica, mas também ela não se reduz a expressão do ato de fala.

Seria a língua sim “confusa” e dinâmica, em constante transformação no uso por seus falantes. Pensando assim, o autor chama a importância para o fator social no campo da linguagem. Até então posto em segundo plano, o papel da interlocução ganha destaque dentro das elaborações linguísticas apresentadas pelo autor em *Marxismo e filosofia da linguagem*. Para ele, a língua tem papel importante na situação linguística, já que permite a união e a formação

do meio social imediato, mas é o contexto dessa situação de enunciação, juntamente com todos os seus elementos históricos envolvidos que deve ser o objeto da análise linguística. Desse modo, ganha evidência a enunciação.

A ideia de enunciação como trabalhada por Bakhtin, é crucial para compreender sua proposta para os estudos da linguagem em MFL, assim como no conjunto de sua obra. Segundo Brait:

para o pensamento bakhtiniano, a idéia do diálogo, enquanto estrutura enunciativa e enquanto forma dialógica constitutiva da existência das atividades de linguagem, atravessa o campo da visão e desdobra a possibilidade do ver, incluindo incessantemente a historia e a memória na cena de produção de sentido e de seus efeitos. (2007, p. 31).

Em um texto intitulado *O Discurso sob o olhar de Bakhtin* (2007), Brait ressalta a importância da definição de “enunciação” como produto da interação social, uma vez que tal distinção do conceito de interação bakhtiniano não é coincidente com as demais concepções interacionistas que apontam a situação como o eixo central de produção e compreensão de sentidos. Segundo a autora, ao tratar do “contexto mais amplo”, Bakhtin acaba apontando para a participação do interdiscurso, da história e da memória que, mesmo não explícitos em toda situação, participam ativamente na produção de sentidos.

Com base em noções bakhtinianas como enunciação, plurilinguismo, relações dialógicas e Metalinguística, ela propõe uma *análise/teoria dialógica do discurso* na qual importa o modo como se dá a relação do sujeito com o objeto do conhecimento, que aqui também é um sujeito. A partir do conceito de *Metalinguística* presente no

livro *Problemas da poética de Dostoiévski* (2002), Brait nos mostra a preocupação de Bakhtin com a necessidade de uma metodologia própria no tratamento do objeto da linguagem. Assim, percebemos uma noção de discurso, que para ele, ultrapassa os limites da Linguística. Através de uma *Metalinguística* daríamos conta de um “objeto considerado complexo e de muitas faces” e que se efetiva com a língua em contexto de uso, por isso necessita dela também.

Ao colocar o contexto como parte integrante da produção dos sentidos, Bakhtin elege as condições de produção como elementos fundadores da língua. Ganha importância o enunciado. Este que, ao ser posto no mundo, une-se às condições em que foi produzido, passando à enunciação. Para o filósofo russo, por seu caráter também linguístico, o enunciado é repetível; já a enunciação, nunca o é, posto seu caráter contingente, social e histórico, ou seja, o contexto nunca é o mesmo.

Como compreende o fenômeno da linguagem na inevitável complementaridade do linguístico com o social, ou vice-versa, Bakhtin pauta as relações sociais pelo vínculo da linguagem à ideologia. Com isso, rompe a dicotomia proposta por Saussure, pois, o objeto da linguagem é o discurso, o texto na interação entre interlocutores e entre discursos. Sendo cada área produtora de discursos/textos focados para seu próprio objeto, o homem, ao produzi-los, também se produz na mediação da comunicação interativa; nela se conhece e se explicita no processo dialógico.

Apesar do aspecto ideológico constitutivo da palavra/discurso<sup>3</sup>, bem como sua natureza social, em *MFL* Bakhtin ressalta outro ponto fundamental da enunciação: por mais completa que seja, a enunciação é apenas uma fração de uma comunicação verbal ininterrupta. O discurso/palavra está embrenhado em discursos que o antecederam – seja para confirmar, refutar, antecipar respostas – e determinará, por assim dizer, discursos futuros. Em decorrência disso, explica Bakhtin: “As palavras não são de ninguém e não comportam um juízo de valor. Estão a serviço de qualquer locutor e de qualquer juízo de valor, que podem mesmo ser totalmente diferentes, até mesmo contrários”. (2000, p. 309).

Como podemos perceber, esta ideia desenvolvida por Bakhtin em *A Estética da Criação Verbal* (ECV) de que “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” também está presente no primeiro capítulo de *MFL*, quando ele trata do signo linguístico. Ali, ele defende que a palavra, enquanto signo, é um fenômeno ideológico por excelência. E discorda de Saussure sobre uma pretensa inércia ou neutralidade do signo linguístico. Para o russo, o signo é eminentemente dialético e ideológico:

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a

---

3. Como efeito de significação na proposta de uma filosofia da linguagem bakhtiniana, usamos aqui os termos palavra e discurso como equivalentes.

realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior. Este é um ponto de suma importância. No entanto, por mais elementar e evidente que ele possa parecer, o estudo das ideologias ainda não tirou todas as conseqüências que dele decorrem (2002, p. 33).

Mesmo sendo o tema central de um capítulo de *ECV*, Bakhtin já introduziu a questão dos gêneros do discurso em *MFL*, ao mostrar que as palavras são propagadas pelos gêneros do discurso, cujo fim é dizer tudo o que se há para dizer, levando em consideração os interlocutores e o contexto específico em que a enunciação se dá. As palavras que o sujeito utiliza num dado propósito discursivo detêm em si traços que permitem sua utilização, considerando determinado gênero e situação concreta. Dessa forma, observa-se que as palavras possíveis de serem escolhidas em determinado contexto só o são, pois já foram utilizadas por outros locutores em situações similares, conforme expõe Bakhtin (2000): “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (p. 282).

No mesmo texto, Bakhtin afirma que “a riqueza e a diversidade dos gêneros são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana...” (p. 262). Porém, ressalta que para haver comunicação efetiva, há algumas regularidades nas quais o discurso circunscreve-se como um anúncio, um texto científico,

publicitário etc. Essas regularidades não significam impedimento, mas condição para que haja interação, pois se a cada um saísse criando maneiras diferentes para se expressar, não haveria uma comunicação possível.

Devemos perseguir a questão da interação no projeto de Bakhtin: se para ele o discurso se manifesta por meio do gênero, é seguro que está implícito aí o papel do outro. No texto *Discurso na vida e discurso na arte* (1926) o autor sempre concebe a palavra como parte do processo de interação entre o falante e o interlocutor, relacionando-a à vida, à realidade. Completando-a com as entoações (valores conferidos e/ou agregados ao dito pelo locutor) dos falantes, são entendidas e compartilhadas pelo interlocutor.

Em certa medida, o papel do interlocutor/ouvinte, como mostra *ECV*, em que este ao compreender o significado linguístico do discurso, ocupará uma posição responsiva, podendo concordar ou discordar, complementar, aplicar, preparar para usá-lo, retoma uma ideia já apresentada no capítulo de *MFL* sobre o *discurso de outrem*. Ali, o autor mostra que através das formas de transmissão do *discurso de outrem*, manifesta-se uma relação ativa de uma enunciação a outra: “Esse fenômeno da reação da palavra à palavra” (p. 148). Portanto, para Bakhtin, o discurso é sempre eminentemente dialógico. É constantemente orientado em direção ao interlocutor. Até mesmo no *discurso interior*, quando não haja, necessariamente, a presença material de um interlocutor, sua voz aparecerá na forma de um auditório potencial.

Assim, independentemente da nossa vontade, a voz do outro se manifesta em nosso discurso (mesmo em nossos discursos mais ín-

timos) na forma desse *ouvinte virtual*. É nesse fazer dialógico onde se integram o sujeito e o objeto do conhecimento num processo que está imbricado ao contexto sócio-histórico, na interação entre o EU e o OUTRO: nos possíveis discursos produzidos em que inúmeras vozes sociais dão os múltiplos sentidos à linguagem, cuja verdadeira substância, segundo Bakhtin, está no fenômeno social da interação verbal, do mesmo modo como tem o dialogismo como seu princípio organizador.

## Objeto de investigação historicamente determinado – ainda o discurso

Devo afirmar inicialmente neste tópico que as reflexões de Michel Pêcheux acerca do discurso<sup>4</sup> foram influenciadas pela Nova História juntamente com Foucault (principalmente *A arqueologia do saber*). Todavia, deve-se considerar que Pêcheux sempre pensara a Análise do Discurso (AD) e seu objeto – o discurso - a partir da tensa relação entre a História e a Linguística, sendo este o ponto mediador de tal tensão. Mas como se constituiria esse tão particular objeto entendido como discurso? Compreender um objeto que dialoga com campos epistemológicos eminentemente dinâmicos como a língua e a história exige entendê-lo como processo social e histórico, cuja base material está na Linguística.

---

4. É importante destacar que mesmo estando, num primeiro momento de suas formulações, fortemente ligado às teses marxistas de Louis Althusser, para este ensaio, interessa-me sua fase posterior que se caracteriza por uma mudança de perspectiva sobre o discurso.

*A arqueologia do saber* (de 1969) ou *O discurso: estrutura ou acontecimento* (de 1983), sem dúvida, são duas referências bibliográficas cabais para se abrir uma teorização sobre a discursividade em AD. Neste caso, optou-se começar pela segunda obra, visto encontrar-se nela certa aproximação com aquilo que já fora dito na primeira acerca do discurso. O texto de Michel Pêcheux foi apresentado em uma conferência na universidade americana de Illinois em julho de 1983. Nele, o autor está muito próximo do pensamento de Foucault de que um enunciado será sempre da ordem do histórico. Essa historicidade se materializa na estrutura linguística enunciativa. Materialidade e historicidade são inseparáveis: não há, de um lado o histórico e de outro o linguageiro (GREGOLIN, 2008).

A noção de discurso como sendo estrutura e acontecimento é indispensável para as pesquisas em AD hoje. Ela influencia os procedimentos metodológicos do analista; como a necessidade de descrever as materialidades discursivas. “Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção de descrição supõe, ao contrário, o conhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua.” (PÊCHEUX, 2008, p. 51). Esse real da língua ou próprio da língua, cunhado por Pêcheux a partir de Saussure, trata da possibilidade do equívoco, da falha, dos deslizamentos da língua que produzem sentido.

Ao abrir espaço para o deslizamento do sentido na língua, o autor evidencia a figura do outro próprio ao linguageiro discursivo (*id. ibid*):

Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. [...] A possibilidade de interpretar existe porque existe o outro nas sociedades e na história, que possibilita a ligação, a identificação, a transferência. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes.

Para a Análise do Discurso, a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são *lugares de resistência*, lugar do impossível (possível) e do não-sentido (que faz sentido). O equívoco e a ambiguidade são fenômenos lingüísticos responsáveis por essa resistência da língua (FERREIRA, 2000). A autora continua: numa perspectiva discursiva, “os fatos difíceis de explicar”, “os que resistem a descrições confiáveis”, ao invés de ficarem à margem, tornam-se parte integrante e privilegiada de investigação. Este lugar *do jogo da língua* que escapa à sistematização é o lugar de examinar o equívoco. A relação com o equívoco afeta toda a língua. O modo de materializar-se pode ser pelo viés da falta, do excesso, do repetido, do parecido, do absurdo. E comum entre eles é a ruptura do fio discursivo. Nesse ponto nasce a via para o humor através dos deslocamentos dos sentidos.

Essa questão da análise da materialidade discursiva é reforçada por Gregolin (*id. ibid.*) ao apontar a possibilidade de interrogação da *enunciabilidade*, “isto é, o sujeito na linguagem: de que maneira ele marca sua presença ao mobilizar as formas materiais na produção

discursiva? Como, nas formas, se constituem os lugares e as posições dos sujeitos?” Ela não esquece de lembrar também que uma análise discursiva precisa ater-se ao fato de que os discursos circulam em diferentes materialidades, em textos em que o verbal e o não-verbal compõem sincretismo de linguagens juntamente com o gênero e o suporte de sua circulação.

Na sequência do que precede, a autora expõe um outro ponto importante dentro da metodologia proposta por Pêcheux que diz respeito ao fato de que a descrição e a interpretação, propostas pelo francês, não são dois momentos separados da análise. Sendo o discurso, estrutura e acontecimento, o histórico está fundido nos implícitos e nas diversas formas marcadas da materialidade linguístico/discursiva; mesmo que não se esgote aí (no histórico e no linguístico) a condição de acontecimento própria do discurso.

Essa condição de acontecimento do discurso está ligada ao encontro de uma memória com uma atualidade. Isso ocorre porque o enunciado como *pontos de deriva possíveis* está inserido em uma rede de outros enunciados. Não há enunciado livre, neutro, independente das redes de formulações nas quais ele se insere; ele faz sempre parte de uma série; ele se integra, sempre, em um jogo enunciativo (FOUCAULT, 2008a). Desse modo, como o enunciado, o discurso no momento de sua emergência enquanto acontecimento faz reaparecer formulações anteriores, que então produzirão outros sentidos e outros discursos.

Tratando da relação entre o discurso e a história, Gregolin (2004, p. 37) interroga: como pensar a relação entre o discurso e a memória? O que faz com que certos discursos sejam esquecidos e outros

sejam permanentemente conservados? A autora discute essa questão em par com as noções foucaultianas de “raridade” e “exterioridade” dos enunciados. Seu texto se harmoniza com a ideia do filósofo francês na qual o enunciado tem que ser correlacionado a um *campo associativo*:

Isto é, para produzir sentido o enunciado se co-relaciona com uma série de formulações que com ele coexistem em um espaço historicamente delimitado. Essas margens, com redes verbais, formam uma trama complexa, que se constitui pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve (seja para repeti-las ou confrontá-las, implícita ou explicitamente) ou aquelas cuja possibilidade ulterior é possibilitada pelo enunciado (*id. ibid.*).

Esse tema da memória é indagado também na introdução de *Papel da memória* por Nunes (2007): “O que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada ou é rompida, deslocada, restabelecida? De que modo os acontecimentos – históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absolvidos por ela ou produzem uma ruptura nela?” Jean-Jacques Courtine resgata a noção de *campo associativo* de Foucault por meio do conceito de “memória discursiva” cuja importância para o trabalho de Michel Pêcheux e para a AD é fundamental. Este último acrescenta (2007, p.50):

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memó-

ria construída do historiador. [...] Tocamos aqui um dos pontos de encontro da questão da memória como estrutura de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Ainda na obra acima referendada, Orlandi (2007), citando Pêcheux, reforça o movimento contínuo da memória que constitui os sentidos: uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase, o que dá a ideia de memória como um espaço móvel de divisões, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

Dito isso sobre a memória discursiva, retomo a discussão sobre o discurso e o enunciado. A relação estreita que se estabelece entre o discurso e o enunciado no momento da produção de sentido fica clara no modo como pensa Foucault (2008a): “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apóiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico”. No entanto, há que se concordar que tal natureza histórica do acontecimento discursivo só se evidencia porque há, na estrutura material dos enunciados que o compõem, elementos linguageiros (prosódicos, léxico-sintáticos, semânticos) que produzem efeitos de sentido.

Nunca é demais lembrar que o papel do analista não deve restringir-se ao puramente linguístico. “É preciso sair do especificamente linguístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso” (FERNANDES, 2007, p. 23). É exatamente esse o ponto que articula os principais conceitos ligados à teoria do discurso ao tratamento dado à noção de “história” que é central ao método arqueológico foucaultiano: a negação de uma visão tradicional da História (continuidade, causalidade, linearidade, soberania do sujeito) e a afirmação do pensamento da “Nova História” (descontinuidade, ruptura, limite, série, transformação).

Fazer um breve movimento das principais teses de Foucault acerca do discurso e da linguagem é importante para se compreender a articulação da língua com o seu exterior e, conseqüentemente, a opacidade dos sentidos que advém dessa articulação. Em sua *arqueologia*, Foucault apoia o Discurso em uma formação discursiva. Este artifício joga os sentidos de seus enunciados (unidade elementar do discurso e indispensável para que se possa dizer se há ou não *ato de linguagem*) na teia dos lugares sociais dos sujeitos (POSSENTI, 2009). Da associação do discurso com o enunciado e deste com uma *função enunciativa*, Foucault teoriza o discurso sempre se referindo a práticas. *Práticas discursivas*, como tratadas pelo francês, compreende um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, geográfica, econômica ou linguística as condições de exercício da função enunciativa.

*Determinar as condições de exercício da função enunciativa* implica uma reserva sobre o que é dito. Ou que aquilo que pode ser dito é regulado por uma *ordem do discurso*. É essa *ordem* que regula as formações e as práticas discursivas, imputando um efeito de raridade aos enunciados. Desse modo, o que é dito exclui outros dizeres: como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? Quem indaga é Foucault (2008a). Ainda em *A arqueologia* (*id.*) ele escreve que o discurso veicula e produz poder, podendo ser ao mesmo tempo instrumento e efeito de poder, obstáculo, ponto de resistência e ponto de uma estratégia oposta.

Em *A ordem do discurso* (2008b) o francês propõe não ser o discurso simplesmente algo que revela as lutas ou os sistemas de dominação, é algo historicamente venerado com a mesma intensidade com que é temido. Sua produção é então organizada, selecionada, controlada e distribuída por meio de procedimentos que têm como função aceitar, excluir ou interditar, conjurar seus poderes e perigos, conceder direitos e privilégios. Mesmo que o pêndulo das propostas do francês tenha pendido para a problemática das relações de poder, o princípio da descontinuidade que norteia a Análise do Discurso esteve sempre junto de suas propostas para a teoria, como expõe Gregolin (2007a, p. 114):

A análise do discurso, assim pensada, pode, finalmente, descrever as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, em circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder [...] A tudo isso acrescenta-se o princípio da *não evidência do sentido, da não transparência do dizer*.

## O discurso e o Poder – a contribuição de Michel Foucault

Já se tornou um gesto habitual àqueles que se debruçam sobre a obra de Michel Foucault, estabelecer uma classificação periódica da mesma a partir dos critérios metodológicos por que se decidiu o francês. Segundo os critérios ontológicos de Morey (VEIGA-NETO, 2007), são os domínios do Ser-saber, Ser-poder e Ser-consigo que para Foucault são os princípios fundadores do sujeito moderno. Em nome de um didatismo, tornou-se comum a expressão *Três Foucaults*. Dentro dessa sistematização trivial, as noções de discurso e poder, por exemplo, correspondem ao primeiro e ao segundo Foucault, respectivamente. Neste ponto, a tentativa de facilitar a compreensão do trabalho do filho ilustre de Poitiers não parece ser de todo eficiente, em vista da não isenção total de um destes temas no interior do outro. O discurso e o poder em Foucault tocam-se de forma incontornável, o que torna a questão da periodização até certo ponto inócua:

[...] tal periodização leva a pensar que cada fase encerre uma teoria e um conjunto de técnicas suficientes e independentes uma da outra – do discurso, do poder e da subjetivação. Mas, ao invés de separação entre elas, o que se observa claramente é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações e respectivas maneiras de trabalhá-las. (VEIGA-NETO, 2007, p. 38).

Como supunha Foucault (1995), a produção do discurso em sociedade passa por uma sequência de procedimentos de controle, sele-

ção, organização e redistribuição, a fim de suavizar sua carga material e dissipar-lhe o perigo de sua produção. O discurso por si pode não ser assim tão “perigoso”, mas frente aos interditos que a ele se lança, logo se percebe seu vínculo ao desejo e ao poder. Uma questão que norteou a genealogia do poder empreendida pelo francês foi a possibilidade periclitante da multiplicação dos discursos, o risco de as pessoas falarem. Questão que poderia ser respondida ao se considerar discurso como um instrumento bípolo. Ou nas palavras do filósofo: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (*id. ibid.*).

O poder do discurso de instituir “verdades” leva a se repensar a relação do homem com a verdade, com o verdadeiro de sua época. Em *A ordem do discurso*, compreende-se como cada sociedade tem seu regime de verdade. É um sistema que se funda naqueles tipos de discursos que funcionam como verdadeiros em detrimento de outros tidos como falsos. Através dos discursos supostamente verdadeiros, constitui-se toda a cultura de uma época. É uma construção complexa, inclusive paradoxal, pois traz em si modos de separações e exclusões ao naturalizar determinadas práticas. Inevitável não pensar aqui na história da cultura do Ocidente com seus discursos morais em torno da homossexualidade. Mas o sistema histórico de exclusão dos e pelos discursos é exposto por Michel Foucault muito anteriormente à questão homossexual no Ocidente: ainda nos poetas gregos do século VI a.C., o discurso verdadeiro, pelo qual se tinha respeito e terror, ao qual era necessário submeter-se, era ritualizado por quem de direito podia fazê-lo. Era um discurso que valorizava a

justiça, predizia o futuro e atava o homem ao destino. Já no século seguinte, a figura do sofista veio à interdição, uma vez que não era mais importante o ritual da enunciação do discurso, senão aquilo que o discurso dizia. O verdadeiro deslocou-se do *como* para o *que*.

Esta mudança da lente para ver o verdadeiro levou à vontade de verdade que se pratica ainda hoje nas culturas modernas. Esta vontade de verdade foi se ancorando historicamente numa base institucional, quase sempre de cunho científico, como a Pedagogia, a Medicina, o Direito. Todos estes saberes passaram a ocupar o lugar de um dizer verdadeiro ou de um discurso verdadeiro. A arqueologia foucaultiana vê neste discurso verdadeiro uma interdependência com o desejo e o poder. É certo que nem sempre esta relação entre o discurso e o poder é perceptível; ela funciona pulverizadamente em toda a extensão social como *efeitos de poder*<sup>5</sup>.

Para entender a lógica da relação entre os saberes e o poder, é preciso considerar o fato de que a produção dos discursos é controlada por uma série de mecanismos de poder. Tal controle pode ser feito através de princípios que excluem determinados discursos na sociedade ou que limitam a circulação dos mesmos. A título de exemplo, Foucault considerava neste último caso a disciplina, o autor, o comentário. Uma vez aceito que os discursos são continuamente controlados, esbarra-se na assertiva foucaultiana que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qual-

---

5. Na lógica do pensamento classificatório ao trabalho de Michel Foucault descrito no início, esta análise microfísica do poder caracterizar-se-ia na genealogia de sua obra, seu segundo momento. Tal fato valida a constatação de uma interseção contínua dessas fases e uma ampliação das temáticas.

quer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Trata-se aqui daquilo que, em sua estreia como cátedra no *Collège de France*, Foucault chamou de a ordem do discurso, na qual ninguém entrará se não satisfizer certas exigências, ou se não estiver qualificado para fazê-lo.

Perceber o poder diante dessa ordem discursiva, não significa restringi-lo a um modelo estatizado que juridicia o cidadão. Este será individualizado por via da norma e da disciplina tornando-se útil e dócil. Mas essa administração do corpo do indivíduo pode ter também uma positividade, como escreve Silva (2004), a partir de Foucault: “as ações do poder não são negativas, mas positivas [...] faz parte das disciplinas não só produzirem discursos sobre si próprias, mas também [...] a produção de subjetividades”.

## Derradeiras considerações

Como derradeiras considerações acerca desta visão tridimensional do discurso, quero destacar o fato de que elas foram elaboradas em conjunturas geográficas, históricas e até epistemológicas distintas. O pensamento bakhtiniano emerge no cenário do Formalismo russo do início do século XX com predomínio da perspectiva interacionista da linguagem. Foucault e Pêcheux vêm depois, embalados pelo Maio de 1968 na França e as teorias que pretendiam destrinchar as ideologias. Este último, é diretamente influenciado pelas teorias marxista e psicanalítica em sua visão de linguagem. Já o primeiro, sendo altamente tocado por Nietzsche, desenvolve uma perspectiva mais genealógica para o estudo do discurso.

Cada um à sua maneira, quer seja na teoria do dialogismo do círculo de Bakhtin, quer seja no conceito de interdiscurso da AD francesa pecheuxiana ou na genealogia dos discursos empreendida por Foucault ao longo de toda sua obra, eles apresentam pontos em comum, o principal deles, seguramente, é o reconhecimento do papel relevante do exterior da linguagem na constituição dos processos discursivos. Para estes autores, a noção de discurso faz pressupor a existência de elementos que não são da ordem do linguístico/lingua-geiro apenas, e sim, do sócio-histórico.

Esta compreensão acerca do discurso decorre de uma visão de língua enquanto uma instituição social. Como um sistema, portanto, a língua tem uma organização que é determinada social e historicamente, daí ser possível uma existência heteróclita para os processos discursivos. Desse modo, a experiência discursiva não começa e termina na língua, ela a transpõe, e se espraia num OUTRO, presente no ato social da *interação verbal*, no *interdiscurso* (ou no real da língua) e nas *relações de poder*.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail A **Estética da Criação Verbal**. Trad. M<sup>a</sup> Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

\_\_\_\_\_. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12<sup>a</sup> Edição - São Paulo: HUCITEC, 2006.

\_\_\_\_\_. (V. N. VOLOCHINOV) **Discurso na Vida e Discurso na Arte**. Trad. para fins didáticos: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. Original russo (1926).

BRAIT, Beth. **Análise e Teoria do Discurso**. In: **Bakhtin: Outros Conceitos-chave**. Beth Brait (org.) – São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. O Discurso sob o Olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, M<sup>a</sup> do R. BARONAS, Roberto. (org.) **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. 3<sup>a</sup> edição. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. 2<sup>a</sup>. Ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, M.C.L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. Tradução, Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Faga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 17<sup>a</sup> Ed. 2008b.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: **Análise do discurso: unidade e dispersão**. Org. Fernandes, Cleudemar Alves e Santos, João Bosco Cabral dos. Uberlândia: EntreMeios, 2004.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos.** 3ª. Ed. São Carlos: Claraluz, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e História:** relações entre linguística e análise do discurso. [ s. l.]. [s. d.].

NUNES, José Horta. Introdução. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória.** Tradução de José Horta Nunes. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória.** Tradução de José Horta Nunes. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória.** Tradução de José Horta Nunes. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução de Eni P. Orlandi. 5ª edição, Campinas, SP. Pontes Editores, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Questões para analistas do discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.**

SILVA, Francisco Paulo da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice e NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso poder, subjetividade.** São Paulo: Claraluz, 2004, p. 159 – 179.

# Práticas de subjetivação e discursividade da imagem: um olhar sobre o armário

---

## Introdução

Neste trabalho lançamos um olhar para a mídia enquanto lugar privilegiado de produção e circulação das discursividades contemporâneas. Essas discursividades resultam da multiplicidade de abordagens, métodos e objetos que têm caracterizado o campo da Análise do Discurso (AD) atualmente no Brasil. Neste artigo iremos nos ocupar daquelas discursividades que comungam em sua materialidade elementos verbais e não-verbais (imagens). Para isso, necessário se faz considerar as formulações por que passou o projeto teórico da Análise do Discurso empreendido por Michel Pêcheux (1938-1983) e abrir uma região de relacionamento desse campo com a *Semiologia Histórica* proposta e desenvolvida por Courtine (2006).

Em paralelo com o arcabouço teórico da Análise do Discurso Francesa, buscaremos nas contribuições do pensamento de Michel Foucault para este campo do saber, elementos que nos possibilitem pensar as práticas discursivas de subjetivação/objetivação sobre o gay veiculadas na mídia. Assim, inventariemos desse autor fundamentos para discutir a relação do sujeito com o discurso na sociedade; mais precisamente problematizar as estratégias e condições

de possibilidade por que passa o sujeito gay a fim de constituir-se enquanto experiência histórica do presente. Numa perspectiva arqueogenealógica interrogamos: a partir de que dizeres têm lugar, na mídia, as reverberações discursivas sobre a subjetividade gay? Nesse sentido, interessam também alguns efeitos de sentido sobre uma possível constituição identitária gay que vão se sedimentando no imaginário social, ao passo que outros vão se desestabilizando no embate dos jogos enunciativos na mídia.

O material de análise compõe-se de capas de revistas e peças publicitárias cujos enunciados põem em relevo o discurso sobre *sair do armário*, cuja emergência, como acontecimento discursivo, se deu no interior do movimento gay. Nesta tarefa, a discussão mover-se-á por alguns conceitos do método foucaultiano que serão relevantes na constituição do dispositivo de análise: enunciado, série enunciativa e subjetivação.

## A Semiologia e as discursividades contemporâneas

Quando de sua fundação no final da década de 1960, para a Análise do Discurso, a materialidade sob análise era predominantemente verbal, ou seja, os textos escritos, bem como se restringia aos discursos políticos da época. Contudo, desde então, a base epistemológica da AD tem tido revolvida em virtude das novas materialidades que se lhe apresentam e demandam novos procedimentos que consigam dar conta de sua constituição, formulação e circulação, enquanto dimensão tríplice de seu objeto. Em face disso, justifica-se a necessidade de buscar conceitos que deem sustentação às análises dos dis-

curso sincréticos contemporâneos. Uma vez que as transformações tecnológicas empreenderam mudanças no regime de produção dos discursos, a análise dos mesmos demanda igual transformação no arcabouço teórico.

É com vistas à relação do discurso com o suporte das novas materialidades que Michel Pêcheux, mesmo um pouco tarde, vai acenar para a possibilidade de diálogos de sua teoria do discurso com outras propostas que suportem a análise dessas materialidades híbridas. Assim, em um de seus últimos textos, *Papel da memória* ([1983] 2007) o autor nos provoca a “reencontrarmos” Barthes e seu trabalho sobre os sistemas não-verbais. Em razão de seu óbito precoce, o próprio Pêcheux não empreendeu esse diálogo, que viria acontecer com o trabalho de J.J. Courtine (2006).

Os estudos de Courtine, a partir da década de 1980, desenvolvem-se sobre materialidades não-verbais e enfocam as relações do discurso com a memória, a imagem, o corpo. Este autor vai deslocar a noção estruturalista barthesiana de semiologia para a proposta de uma *Semiologia histórica*. Tal deslocamento se dá via leitura do *paradigma indiciário* de Ginzburg, em que o olhar do analista se volta aos pequenos traços, aos indícios aparentemente breves de seu objeto, às minúcias cuja análise torna possível, por exemplo, identificar a autoria de determinadas pinturas antigas.

Desse lugar, Courtine formula uma semiologia histórica e caracteriza seu objeto como uma produção histórico-social:

Eu quero dizer que há necessariamente uma dimensão semiológica nessa antropologia histórica, nessa história cultural ou das sensibilidades [...] à qual eu consagrei, desde então, meu trabalho, a cada vez

que nos interrogamos sobre o que produz signo e sentido no campo do olhar, para os indivíduos, num momento histórico determinado, a cada vez que tentamos reconstruir o que eles interpretam daquilo que percebem, mas ainda o que lhes permanece invisível. Provavelmente, a cada vez também que nos interrogamos sobre a historicidade das imagens (COURTINE, 2011, p. 152).

Julgamos fundamental a contribuição dessa semiologia histórica para a análise de discurso, em geral, ao instrumentalizar as análises das diversas instâncias simbólicas que constituem as discursividades contemporâneas, e de modo particular, contempla as especificidades do objeto midiático e do *corpus* com que ora nos ocupamos.

A presença heterogênea de elementos semiológicos na produção de enunciados pela mídia pode servir como mecanismo de realce ou de apagamento de determinadas marcas enunciativas. Com efeito, o entrecruzamento dos signos que constituem as imagens com a linguagem verbal sinaliza para determinadas direções discursivas. Perceber esses movimentos é o trabalho do analista do discurso. O gesto interpretativo que este realiza face à materialidade discursiva carece de uma percepção para a amplitude desse material. Fazer funcionar a proposta da semiologia histórica no interior da AD, nos possibilita alargar nossa compreensão acerca do discurso. De mesmo modo, compreender como os elementos (híbridos) constitutivos dos enunciados não se dão a ver aleatoriamente na superfície textual, mas regulados por uma determinada *ordem discursiva*.

## Práticas de Subjetivação na Ordem do Discurso

Em *A ordem do discurso* ([1970] 2008b), Foucault expõe que a produção do discurso em sociedade passa por uma sequência de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição, a fim de suavizar sua carga material e dissipar-lhe o perigo de sua produção. O discurso por si pode não ser assim tão “perigoso”, mas frente aos interditos que a ele se lança, logo se percebe seu vínculo ao desejo e ao poder. Referindo-se às formas de interdição do discurso, lança: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (*ibidem*, p. 9).

Ainda na esteira do pensamento foucaultiano, pensando nas condições de possibilidade das discursividades contemporâneas, podemos reatualizar sua indagação *por que determinado enunciado aparece e não outro em seu lugar?* e perguntarmos: por que determinada imagem é reiterada em detrimento de tantas outras na rede enunciativa em que orbita a prática discursiva do “sair do armário”? É possível pensarmos esta questão a partir de três aspectos discursivos que lhe perpassam: *a regularidade enunciativa, as relações de poder e os processos de subjetivação*.

Primeiro, na arqueologia foucaultiana, “o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa” (2008a, p. 163) é compreendido como a regularidade enunciativa. No interior da dispersão dos acontecimentos enunciativos, segundo Foucault, é preciso que busquemos as regras que regem a materialização desses enuncia-

dos. Ao buscarmos a regularidade enunciativa, mostramos as possibilidades, constitutivas dos enunciados, de reinscreverem-se em *um campo associado*, e assim, coexistirem com outros enunciados. Mostramos ainda, como forma de coexistência dos enunciados, o *domínio de memória* pelo qual é possível se estabelecer um processo de filiação, continuidade ou descontinuidade entre enunciados.

Ainda quando tratamos de regularidade enunciativa, fazemos ver *o campo de concomitância* pelo qual enunciados de diferentes domínios de objetos e tipos de discursos são trazidos para confirmação analógica ou para servirem de premissa ou modelo de raciocínio. Tratando desse processo de “recorrência” dos enunciados a partir do método arqueológico, Navarro (2011, p. 288) reafirma que “a análise deve supor que todo enunciado abarca um campo de elementos enunciativos que o antecede”.

Sobre o segundo aspecto da questão que levantamos, é importante dizer do quão relevante é o papel de cada elemento que constitui a materialidade dos enunciados no processo de produção de sentidos. Foucault já lembrara que o discurso emerge em verdadeiros “campos de batalha”. Sua existência é gestada no interior das relações de poder: “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (2008b, p.10). Destarte, uma vez que os enunciados estão em constante jogo de forças, digladiam entre si para ocupar determinado lugar, se tornam objeto de disputa, a presença (ou a ausência) de determinadas imagens na mídia sobre o discurso da homossexualidade parece funcionar como forma de interdição, e como tal se liga ao desejo e ao poder.

Enfim, estabelecida a regularidade que caracteriza os enunciados e nos possibilita dispô-los em séries onde mantém relações de interdependência entre si, em seguida, observado o funcionamento das estratégias por que se dão as relações de poder no interior dos discursos, nos situamos agora no limiar dos processos de subjetivação. Estes se dão a ver em práticas que se exercem na pertinácia das regularidades de sentido e nas estratégias de poder.

Apesar de toda a diversidade de temas presentes na sua obra, Foucault afirma que o sujeito sempre fora o centro de suas análises (2006a). Mas, compreender a evolução do problema do sujeito na obra de Foucault, é necessário que lembremos; acima de tudo, é uma abordagem histórica para a questão da subjetividade. Em clara oposição à tradição cartesiana, Foucault argumenta que o sujeito não é uma substância, mas uma forma, e como tal, nem sempre é idêntico em si mesmo. Com efeito, o problema do sujeito é, para aquele autor, o problema da história da forma-sujeito. Em outras palavras, Foucault é conduzido a uma história das práticas em que o sujeito não é uma instância fundadora, mas o efeito de uma constituição.

Os modos (ou processos) de subjetivação são precisamente as práticas de constituição do sujeito. É possível distinguir dois sentidos do termo “modos de subjetivação” na obra de Foucault: um sentido amplo e outro mais específico, (que diz respeito ao conceito foucaultiano de ética). No primeiro caso, Foucault fala dos modos de subjetivação como forma de objetivação do sujeito, ou seja, as formas pelas quais o sujeito é dado a ver como um objeto de uma relação particular com determinada forma de conhecimento e poder (*ibidem*). Na verdade, os modos de subjetivação e objetivação

não são independentemente um do outro, o seu desenvolvimento é mútuo. Por isso, às suas análises importavam as condições sob as quais se formam e se modificam as relações entre o sujeito e o objeto que condicionam uma forma de saber. Não são condições empíricas, tampouco formais, mas que estabelecem os *jogos de verdade* segundo os quais, aquilo que o sujeito pode dizer se inscreve no campo do verdadeiro e do falso (2006b).

Nessa perspectiva, ele próprio classifica seu trabalho como uma história dos modos de subjetivação/objetivação do ser humano em nossa cultura: a história dos jogos nos quais o sujeito, enquanto sujeito, pode converter-se em objeto do conhecimento. Contornando essa história, podemos caracterizar três modos distintos de como Foucault aborda a temática da subjetivação/objetivação dos seres humanos. A fim de nos mantermos no objetivo desse artigo, ora trataremos somente de um desses modos: *a maneira como o ser humano se transforma em sujeito*. Como exemplo nos serve a maneira como alguns indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos de uma realização particular da sexualidade.

O segundo sentido empregado para *modos de subjetivação* está relacionado à maneira pela qual o sujeito se constitui como sujeito moral. Uma ação moral, nesse caso, é indissociável da relação do sujeito consigo mesmo. É o trabalho ético que o sujeito desenvolve sobre si em exercícios que não são menos diferentes de uma moral a outra, quer no sistema de regras, de valores e das proibições (FOUCAULT, 2007). Seguro de que em alguns sistemas de moral os modos de subjetivação adquirem um caráter essencialmente jurídico, Foucault igualmente reconhece que, noutros, as regras de compor-

tamentos, por exemplo, não estão prontamente demarcadas. É nesse modelo de moral que se acentua o aspecto dinâmico dos modos de subjetivação. Também nele se inscreve, subjetivamente, o objeto e que trataremos em nossa análise.

## Imagens do armário

Em um trabalho pioneiro acerca do papel do discurso sobre “sair do armário”, Sedgwick ([1993] 2007), afirma ser o “armário” um dispositivo de regulação, não apenas da vida dos gays, mas também dos heterossexuais uma vez que está diretamente relacionado aos privilégios de visibilidade e hegemonia de valores destes últimos. A pesquisadora argumenta também que toda a atenção dispensada em torno da questão da homossexualidade desde o final do século XIX esteve pautada fundamentalmente na demarcação de binômios como segredo/revelação, privado/público.

À luz dessa tese, ao longo da década de 1970, ganhou força no interior do movimento gay americano a política do *coming out*, que, enquanto estratégia do discurso gay, consistia em incitar homossexuais a assumirem publicamente sua orientação sexual. São essas as condições de possibilidade em que emerge a capa da revista gay americana *Christopher Street* (fig. 01) em julho de 1976.

Quando Foucault afirma que “língua e enunciado não estão no mesmo nível de existência” (2007, p. 96), ele está nos alertando para a relevância de outros sistemas semiológicos na constituição dos enunciados. Exatamente como se nos apresenta o enunciado na figura 01: composto em sua materialidade exclusivamente por signos

não-verbais, esse enunciado nos põe diante da imagem de uma porta que se abre para uma dimensão externa que transcende o alcance de nosso olhar, enquanto no vão de seu interior, restam apenas cabides vazios pendurados, notados através da intensa luz externa que invade o lugar. Lugar este que de imediato nos remete à imagem de um armário, e de igual modo, a da sala de estar de uma casa, tomada pela luz do sol.

Essas possíveis imagens, a que remete o enunciado da capa da revista, estão inscritas num percurso de sentido que se efetiva diante da análise das condições históricas em que este enunciado foi produzido: as políticas de emancipação do movimento naquele momento que convocava os gays a assumirem sua homossexualidade, mostrarem-se, tomarem as ruas, enfim, “saírem do armário”. Juntamente com esses sentidos que emergem na capa da revista, surge também o reflexo de uma posição-sujeito que se evidencia nos temas e estratégias que mobiliza ao enunciar: o destaque para a luz no centro da imagem reforça o contraste que alimenta a díade claro/escuro. O armário (ou a sala) como um local escuro, constricto traduz a ideia de opressão, tão combatida pelos gays naquele contexto. Ao mesmo tempo, a luz que se estende ao infinito na imagem sinaliza para uma leitura positiva do que seria a liberdade da vida fora do armário.

Ao demarcar seu lugar discursivo, o sujeito o faz no jogo das relações de poder em que se dá esse discurso. No enunciado da figura 01, essas relações vêm à tona no modo como o sujeito que enuncia interpela o enunciatário: este tem seu lugar demarcado na enunciação. Como elemento discursivo, o enunciatário “entra na imagem” e o enunciado, em si, extrapola os limites do suporte midiático. Para

Barthes, é “como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dar a ver” (1984, p.89). Quer dizer, a imagem do armário é vista, nesse caso, na perspectiva do leitor. É dele o olhar que espreita e captura o entorno a partir do interior do armário. Podemos ler então, que o sujeito gay, leitor potencial da revista, passa a se constituir nesse enunciado por uma prática discursiva de subjetivação/objetivação, esta autorizada por uma *vontade de verdade* da sociedade de então.

Ainda sobre essa questão da *vontade de verdade* e das relações de poder que animam o discurso, decorridos quase 30 anos temos o prolongamento, na mídia brasileira, daquele acontecimento discursivo materializado na capa da *Christopher Street* (fig. 01). A capa

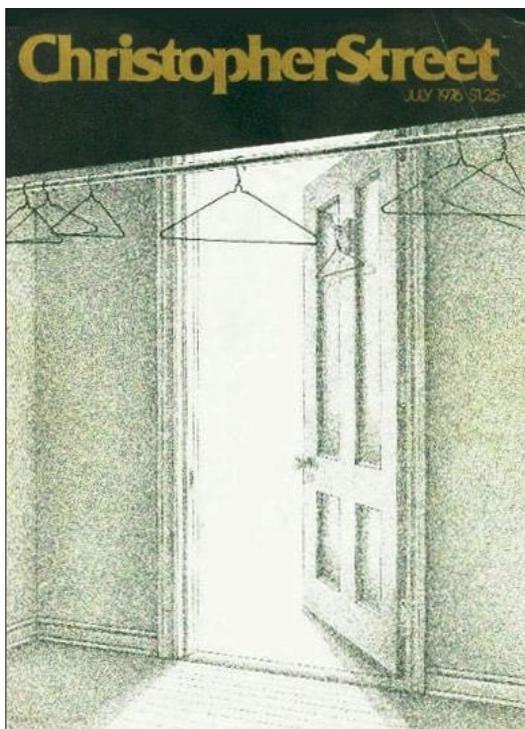


Fig. 01

da edição 1808 da revista *Veja* cujo tema são os gays, traz um enunciado multimodal, do ponto de vista da sua materialidade: no plano não-verbal, há a imagem de um casal de homens sorridentes caminhando abraçados. O casal é focalizado de costas e é desse ângulo que o observamos pelo buraco da fechadura (do armário?). Sim, o texto verbal nos propõe isso na *headline*: “A vida fora do armário”, complementada com os dizeres: “conflitos existenciais e desafios cotidianos dos que tiveram coragem de assumir a homossexualidade”.

O primeiro aspecto, ligado às relações de poder presentes no enunciado de *Veja*, que nos chama a atenção é o direcionamento da ordem do olhar do leitor para a imagem. Mais especificamente, o modo como o enunciatário é inserido no acontecimento da enunciação. O fundo ensolarado e colorido (pelas cores do arco-íris) da capa da revista vai sutilmente sendo tomado pela opacidade de uma sombra escura que preenche o primeiro plano da imagem. Desse espaço escuro (simbolicamente, o interior do armário), o leitor da revista – gay ou não – vislumbra a cena da alegria de quem “teve coragem de assumir a homossexualidade”.

Em termos foucaultianos, observar essa produção de sentidos que emerge da capa de *Veja* põe em relevo o papel da mídia enquanto dispositivo de poder/saber sobre a sexualidade cujo lastro sustenta todo um regime de verdade sobre o modo de vida gay. No enunciado da figura 02, vários elementos semiológicos participam dessa construção: a expressão feliz do casal, o espaço ensolarado (um parque, talvez) sob um céu de nuvens brancas (que preenche a logomarca de *Veja*), as cores vivas do arco-íris em contraste com a sombra escura que contorna as bordas da imagem, a relação do ato de “assumir”

com um gesto de coragem funcionam como índices valorativos da vida fora do armário. Nesse sentido, ao gay é sugerido reconhecer-se enquanto sujeito para quem vivenciar livremente a sexualidade demanda um ato de coragem.

Conforme afirmamos antes, para a arqueologia foucaultiana, um domínio de memória comporta sistemas de regularidades que possibilitam aos enunciados coexistirem. Notemos no enunciado seguinte que o mesmo estabelece uma regularidade com os dois anteriores: a edição de *Veja* de 12/05/2010 tem na capa o enunciado verbal “Ser jovem e gay. A vida sem dramas. O estudante (...) 17 anos, assumiu-se gay para a família e os amigos aos 14”. Este enunciado retoma sentidos presentes em *01* e *02*, como os de que viver no armário é um drama



Fig. 02

ou uma forma de opressão. Dentro desse campo de coexistência, os enunciados estabelecem relação de filiação, continuidade e descontinuidade: se em *O2*, assumir-se gay requer um ato de coragem, em *O3*, os jovens fazem isso cada vez mais cedo (como mostra a reportagem dentro da revista), sem drama ou gestos grandiosos.

É importante notar que embora não haja nesse espaço enunciativo (diferentemente de *O1* e *O2*), referência direta a metáfora do armário, este sentido se faz presente na materialidade do enunciado: o uso da expressão “assumiu-se gay” atesta isso. Ou mais: o estudante fotografado na capa aparece abaixado num espaço de onde se erguem duas leves paredes cujo ângulo forma uma espécie de cubículo (o armário?). Com as mãos apoiadas nas extremidades da estrutura,



Fig. 03

em seu gesto ele parece pronto para desmontá-la com um simples toque. Outra regularidade que se estabelece entre os enunciados dessa série, que indica o exercício de uma prática de subjetivação, diz respeito ao sentido construído sobre “estar fora do armário”: ainda que verbalmente se mencione, “conflitos existenciais”, “desafios cotidianos”, “dramas” é a ideia de felicidade que se sobressai na materialidade não-verbal dos enunciados. A ênfase da mídia no discurso sobre sair do armário é dada aos elementos de outros sistemas semiológicos que não o verbal.

Ainda que a representação do armário gay se transforme na mídia conforme vemos em *O3*, este já não mais um lugar escuro e opressor como em *O1* e *O2*, contudo sua reafirmação e deslocamentos na mídia continuam bastante produtivos. Como afirma Sedgwick (*ibidem*), os deslocamentos da expressão “sair do armário” são tão comuns que parece haver um “esvaziamento” de sentido em seu uso antes circunscrito ao meio gay. É nesse ponto que podemos verificar como se constitui uma árvore de derivação enunciativa, segundo a arqueologia de Foucault.

Toda essa série de enunciados espalhados ao longo do texto, que se cruzam acenando para um modelo de prática discursiva de subjetivação/objetivação, nela, o sujeito gay torna-se objeto de um saber sobre a sexualidade. De forma paradoxal, ele precisa “sair do armário” para entrar na ordem do discurso. Como ensina Foucault, é o processo mútuo da subjetivação e da objetivação. O trabalho desse sujeito de conhecimento sobre si mesmo é também o modelo a que será submetido o seu dizer. Assim, retomando Sedgwick (*ibidem*), longe de ser um fim tranquilizador da construção de si, *o armário* é

o parâmetro para a constituição de um modelo relacional calcado na manutenção de valores contraditórios e excludentes.

## Referências

BARTHES, Roland. [1980]. **A Câmara clara**: nota sobre a fotografia. Trad. de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Organização e tradução de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário. In: SARGENTI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos, Editora Claraluz, 2011. p. 145-162.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. MOTTA, Manuel Barros da (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política**. MOTTA, Manuel Barros da (org.). Tradução de Eliza Monteiro, Inês A. D. Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do discurso**. Tradução de Laura Faga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 17<sup>a</sup> Ed. 2008b.

NAVARRO, Pedro. Práticas discursivas de subjetivação: dispositivos de análise. In: SARGENTINI, Vanice (Orgs.). **Discurso, semiologia e história**. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 267-292

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre. [et al]. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, [1983] 2007, p. 49-57.

SEDGWICK, Eva Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28 de Junho de 2007. Disponível a partir do <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em 24 de agosto de 2012.

# Docente e travesti: o papel do Discurso na configuração do “gênero”

---

## Introdução

Propomo-nos discutir neste artigo a concepção de atividade docente enquanto gênero, a partir do conceito de *gênero da atividade/gênero profissional* proposto em Faïta (2004). Para compreender o deslocamento que se opera com a noção de gênero no interior das Ciências Humanas, passando dos estudos linguísticos e literários ao campo da análise do trabalho, é necessário que retomemos o pensamento de Mikhail Bakhtin em seu conjunto no que diz respeito aos gêneros do discurso/gêneros textuais (doravante empregaremos somente a primeira denominação). A necessidade desta retomada se justifica pela forma como este autor reorienta o conceito de gênero no domínio dos estudos da linguagem para além da retórica aristotélica.

Juntamente com a noção de gênero pensada no campo da análise do trabalho, recorreremos aqui ao construto teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) para melhor compreender o objeto em análise. Na perspectiva do ISD, (BRONCKART, 2003), (BUENO, 2009), (MOTT-FERNANDEZ, 2008), o homem é entendido como ser sócio-histórico que desenvolveu a linguagem no trabalho, na interação com o outro; sendo a linguagem, assim, uma forma de ação.

No intuito de compreender como se configura o gênero profissional docente à luz do dizer do próprio educador, analisamos neste artigo os temas e as vozes sociais que emergem nos discursos de professoras travestis. O acesso a essas profissionais se dá através de entrevistas com as mesmas publicadas na revista *A capa* (2009) e no jornal *Imprensa Popular* (2009). E por que professoras travestis como objeto? Primeiro pela singularidade que caracteriza o lugar social desse agente que historicamente foi relacionado à marginalidade. Talvez tal fato justifique o inexpressivo, ou porque não, inexistente registro de estudos envolvendo o trabalho do professor cujo enfoque incide sobre aqueles que apresentam uma sexualidade “desviante”. Segundo porque a partir do dizer de um grupo tão particular, nos é possível olhar por outro viés as diferentes relações entre a linguagem, o trabalho e seus protagonistas.

A análise que realizamos dos textos de três professoras neste artigo encaminha-se no sentido de responder as seguintes questões relativas ao trabalho docente: quais temas são mais recorrentes no discurso do professor travesti? Que vozes sociais comumente são expressas no texto desses professores? Como situar a identidade do professor travesti a partir dos diferentes lugares enunciativos presentes em seu discurso? Com estas questões mais pontuais buscamos a compreensão de uma última e mais geral: como se caracteriza o gênero profissional docente no dizer de professores travestis?

Por entendermos que o gênero profissional/gênero da atividade é um lugar intermediário na relação do sujeito com o meio, neste trabalho trataremos desta noção ao lado da noção de identidade, num diálogo com os estudos culturais. Nessa perspectiva, as questões

identitárias são entendidas enquanto condição transitória, instável e sócio-historicamente produzidas. Sendo a identidade construída na interação, o modo como ela determina a percepção que o professor tem de si e de sua atividade profissional, ou seja, o papel da linguagem, a partir dos pressupostos de Mikhail Bakhtin (2000; 2006), na construção da ação e na afirmação da identidade profissional será igualmente significativo para este trabalho.

## ○ gênero discursivo e o gênero profissional

Neste tópico apresentamos o conceito de gênero profissional/gênero da atividade desenvolvido por Ives Clot e Daniel Faïta (2004) para o campo de análise do trabalho. Antes, porém, cumpre-se entender de que modo a noção de gênero se desloca do domínio linguístico-literário, particularmente como difundida nos postulados do círculo de Bakhtin, para os estudos de análise da linguagem e do trabalho.

Em termos bakhtinianos, sempre nos comunicamos por gêneros, e estes são definidos não necessariamente por sua forma, mas de acordo com sua função (2006). Mesmo sendo o tema central de um capítulo de *A Estética da Criação Verbal* (2000), Bakhtin já introduziu a questão dos gêneros do discurso em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), ao mostrar que as palavras são propagadas pelos gêneros do discurso, cujo fim é dizer tudo o que se há para dizer, levando em consideração os interlocutores e o contexto específico em que a enunciação se dá.

As palavras que o sujeito utiliza num dado propósito discursivo detêm em si traços que permitem sua utilização, considerando de-

terminado gênero e situação concreta. Dessa forma, observa-se que as palavras possíveis de serem escolhidas em determinado contexto só o são, pois já foram utilizadas por outros locutores em situações similares, conforme expõe Bakhtin (2000): “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (p. 282).

No mesmo texto, Bakhtin afirma que “a riqueza e a diversidade dos gêneros são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana...” (p, 262). Porém, ressalta que para haver comunicação efetiva, há algumas regularidades nas quais o discurso circunscreve-se como um anúncio, um texto científico, publicitário etc. Essas regularidades não significam impedimento, mas condição para que haja interação, pois se a cada um saísse criando maneiras diferentes para se expressar, não haveria uma comunicação possível.

Devemos perseguir a questão da interação no projeto de Bakhtin: se para ele o discurso se manifesta por meio do gênero, é seguro que está implícito aí o papel do outro. No texto *Discurso na vida e discurso na arte* (1926) o autor sempre concebe a palavra como parte do processo de interação entre o falante e o interlocutor, relacionando-a à vida, à realidade. Completando-a com as entoações (valores conferidos e/ou agregados ao dito pelo locutor) dos falantes, são entendidas e compartilhadas pelo interlocutor.

Se os gêneros do discurso possuem uma dimensão coletiva ao mesmo tempo que são relativamente estáveis, é possível articular essa constituição numa análise do trabalho? Sim, pelo menos é o que

faz o linguística Daniel Faïta ao situar essa noção de gênero no estudo das atividades profissionais. O autor cita Schwartz (2001) para mostrar que o modo próprio como cada um constitui sua tarefa, isto é, *a atividade* é o que permite a (re)elaboração de valores próprios, valores que serão (re)produzidos coletivamente em um grupo.

É na realização da atividade que o sujeito submete-se ou opõe-se às normas produzidas no interior daquele grupo ao qual ele pertence. É este o sistema de funcionamento de um *grupo profissional*, no qual, a realização de atividades semelhantes por seus membros os mantêm em estado de contínuo diálogo (FAÏTA, 2004). Em se tratando da categoria profissional dos professores, o autor lembra que a generalização das normas para todos os elementos do grupo é um fator para o qual uma reconsideração faz-se necessária:

Podemos admiti-lo, com a condição de levarmos em conta o fato de que também se produzem, em uma esfera de atividade profissional como o ensino, trocas e circulação de idéias que ultrapassam os limites das situações observáveis, e até mesmo *formas de fazer* mais ou menos difundidas na profissão, que não são, entretanto, formalizadas e transmitidas. Isso implica a emergência de uma nova entidade, um ator coletivo que pode se moldar claramente, em função da semelhança de preocupações, de coerções reiteradas para a ação, sem que necessariamente realize escolhas e julgamentos explícitos, formalmente compartilhados e discursivizados (FAÏTA, 2004, p. 64).

Na sequência do que precede, retomamos Bakhtin/Volochínov através do texto de Faïta (*op. cit.*) para mostrar que aquilo que vale para a língua enquanto um sistema de normas, também vale para sistemas de normas outros, uma vez que “todo sistema de normas

sociais [...] só existe em relação à consciência subjetiva dos indivíduos que pertencem à coletividade regida por essas normas” (Bakhtin/Volochínov *apud* FAÏTA, 2004, p. 65). Neste ponto torna-se mais aparente a real homologia entre o conceito bakhtiniano de gênero e o que é proposto como gênero da atividade. Em termos gerais, se os gêneros do discurso são *formas relativamente estáveis* de agir linguisticamente, podemos dizer que os gêneros da atividade/gêneros profissionais são formas relativamente estáveis de fazer.

Assim, o que determina uma categoria sócio-profissional é um conjunto de determinações, convenções ritualísticas que são compartilhadas por todos os membros daquela ordem. Ainda que coexistam na dimensão coletiva do trabalho práticas languageiras particulares (e elas são importantes para uma compreensão melhor da realidade), estas não precisam anular ou sobrepor o mundo normativo comum a cada gênero, pois assim como não conseguiríamos nos comunicar se tivéssemos que inventar um gênero discursivo para cada ação de linguagem nossa (BAKHTIN, 2000), “da mesma maneira, com relação ao gênero profissional, se fosse preciso criar as ações próprias de um dado gênero a cada momento no decorrer da ação do trabalho, seria impossível realizá-lo” (MOTT-FERNANDEZ, 2008, p. 147).

Isto posto, podemos concordar que os gêneros apresentam um valor normativo visto que sua existência independe de qual seja o agente/enunciador. Não obstante a essa aprioridade, o gênero só é possível porque há outros modos de dizer e de fazer de forma diferente, ao agente/enunciador é possível fazer escolhas, podendo, conforme Faïta (2004:69) “o *gênero do discurso*, ou mais ampla-

mente o *gênero de atividade* [...] ocupar um espaço que se limita, de um lado, pela norma social e, de outro, pela capacidade de significar efetuando uma transformação – transgressão voluntária e consciente da norma ou do gênero dominante”.

## A arquitetura teórico-metodológica do ISD

O Interacionismo Sociodiscursivo, enquanto uma orientação teórico-metodológica para os estudos da linguagem, agrega em sua base um conjunto diversificado de formulações teóricas advindas da Filosofia, da Sociologia, da Psicanálise, das Ciências do trabalho e da Linguística. Embora sejam campos epistemológicos com características tão particulares, há em comum a eles uma percepção sobre o homem como produção sócio-histórica que tem a linguagem como elemento fundador e organizador dos processos de interação humana, e mais, que a nossa relação com o mundo é perpassada por um conjunto de elementos simbólicos, como postula Jean-Paul Bronckart (2003).

O interesse fundamental do ISD recai sobre as práticas linguageiras e suas análises. Bronckart, principal articulador dessa teoria, defende que as ações de linguagem sejam observadas naquilo que lhes é constitutivo; seu aspecto sócio-discursivo. Uma ação de linguagem só é apreendida através de interpretações produzidas, principalmente, pela atualização da linguagem em textos dos próprios agentes e/ou observadores dessa ação (BRONCKART, 2003). É essa concepção da linguagem como elemento primeiro na construção do conhecimento e da subjetividade humana que fundamenta a análise dos textos apresentados aqui.

A proposta bronckartiana de análise textual parte do princípio de que a língua é composta por aspectos internos (elementos fonéticos, lexicais, sintáticos e morfológicos) e externos (as condições de produção e circulação), mas que todas as modalizações em sua estrutura interna só funcionam no campo do discursivo. O autor propõe como procedimento de análise, a observação inicial das condições de produção do texto para então proceder com a análise dos elementos internos do texto em estudo. É importante notarmos que uma divisão do que são elementos internos e externos ao texto, nesse caso, tem um caráter estritamente metodológico, visto que esses elementos encontram-se imbricados em todo o tecido textual.

O autor defende a ideia de que todo texto se organiza em torno de uma *arquitetura textual* cuja estrutura divide-se em três níveis sobrepostos entre si: *a infraestrutura textual*; comporta duas formas de organização distintas, mas apenas a primeira será utilizada em nossa análise: a da “planificação geral do conteúdo temático, ou seja, o plano global do texto, em que podemos perceber os vários temas que se sucedem na organização de um texto”. Em seguida, são *os mecanismos de textualização* (estabelecem a coerência temática por meio dos elementos verbais e nominais de coesão) e por fim, *os mecanismos enunciativos*; neste nível, são distribuídas as vozes do texto como a voz do autor empírico, das diferentes instâncias sociais ou de outras personagens. “A partir dessas vozes, se manifestam as avaliações (julgamentos, opiniões, sentimentos) de certos aspectos do conteúdo temático” (BUENO, 2009, p. 100).

Neste trabalho, faremos a análise de apenas um aspecto dos mecanismos enunciativos – as vozes - que aparecem nos enunciados

produzidos pelas professoras pesquisadas. Com isso, podemos perceber como o discurso de cada actante ora observado funciona em relação a um conjunto de representações que constituem o gênero profissional docente para o campo do trabalho.

## Professora e travesti: uma questão de identidade

A compreensão que se tem do gênero profissional docente passa, diretamente, por um olhar para a questão da identidade, aspecto tão fundamental na constituição da vida humana. Pensar um lugar identitário para o profissional docente por si só já é um exercício complexo, haja vista as diversas dimensões que perpassam a formação e o trabalho do professor, porém, muito mais complexo ele pode ser quando esse mesmo agente professor traz consigo uma outra subjetividade não menos complexa, pois se inscreve no campo da sexualidade, a travesti.

Há menos de duas décadas, imaginar as atividades da sala de aula na educação básica brasileira sendo desenvolvidas por uma professora travesti era uma imagem, no mínimo, insólita. Atualmente, com as mudanças nas relações sociais, as transformações e conquistas no campo das liberdades individuais e a luta pela igualdade de direitos, a presença de travestis e outras formas de identidade sexuais no contexto de trabalho escolar tem se tornado dado concreto.

Podemos discutir a questão da identidade em par com o pensamento de Michel Foucault (1995), para quem as identidades são frutos das relações de poder e das práticas discursivas nas quais o sujeito se constitui. No tocante à prática discursiva, o autor pressu-

põe que toda sociedade, como produção histórica, tem seu suporte em práticas discursivas que a atravessam, tornando possível o surgimento de uma formação discursiva própria, contudo interrelacionada com estrutura mais ampla.

Acerca da relação da identidade com o poder, devemos compreender que esta relação é marcadamente tensa; uma vez que sempre haverá forças opondo-se num determinado contexto e espaço. Dito de outra forma; há em qualquer modalidade de relação social uma tentativa de subjetivação, de inscrever-se como sujeito livre de dominação. Ser livre de dominação confere um status de diferente e esta relação com a diferença é uma das plataformas sobre as quais se ergue a teoria da identidade. O sujeito que nela se constitui busca o que no outro lhe é diferente. Eis o ponto de presença do poder; pois são as formas de poder culturalmente impostas que vão definir o que está dentro e o que está fora.

Também sobre identidade Bauman (2005, p. 84), afirma: “A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluto a ser devorado...”. O que se depreende do pensamento dos dois estudiosos supracitados é que o poder hierarquizado determina a forma identitária supostamente válida na ordem do dia. Guiando-se por este “modelo normal” de identidade, as demais identidades são julgadas. De acordo com Silva (2000), a identidade normal não é vista como *uma* identidade, mas como *a* identidade em face da insígnia que as formas de poder lhe atribuem. Assim como o pensamento de Foucault, citado no início deste tópico, o do sociólogo polonês Bauman também aponta para a relação do poder na formação das identidades:

... a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras. Num dos pólos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade (...) No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – (...) Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005, p. 44).

Com o que ora expomos, pretendemos fazer perceber a relação intrínseca que se estabelece entre a construção social do gênero profissional docente e os lugares sociais de onde falam esses sujeitos. No caso deste estudo, os sujeitos são três professoras da educação básica dos estados do Ceará, de Rodônia e de São Paulo (Luma, Victória Geanne, respectivamente). Os textos que iremos analisar são duas entrevistas publicadas na revista dirigida ao público gay, *A capa* (2009) e uma publicada no jornal *Imprensa popular* (2009). É importante destacar que as três professoras trabalham na rede pública e vivem socialmente com a identidade de gênero feminina<sup>1</sup>.

---

1. As professoras aqui retratadas assumiram socialmente uma identidade de gênero (neste caso, gênero compreendido no campo da sexualidade) diferente da que nasceram, e mesmo que as três não tenham se submetido ainda à cirurgia de transgenitalização, em determinados momentos as mesmas referem-se a si como transexual. Diante disso, e reconhecendo a existência de aspectos sócio-identitários que, no interior dos estudos de gênero, particularizam tanto a experiência do travestismo quanto a da transexualidade, decidimos neste trabalho empregar as denominações travesti/transsexual conforme aparecem na fala das professoras pesquisadas. Vale ressaltar que neste artigo não pretendemos empreender uma discussão sobre o caráter plural e dinâmico que perpassa a vivência das identidades de gênero, outros autores investigam detidamente esta temática (BUTLER, 2001; LOURO, 2004; COLLING, 2007).

## Ouvindo as professoras...

Bronckart (2006) define o contexto de produção como o conjunto de parâmetros que pode vir a exercer alguma influência na forma como um texto é organizado. São fatores que estão relacionados tanto ao mundo físico, quanto ao social e ao subjetivo. É o contexto de produção que determina o lugar social do enunciador, ou ainda, o modo de interação sob o qual o texto é produzido.

Os textos dos quais tratamos neste artigo existem dentro de um contexto sociointeracional de produção: a reportagem do jornal *Imprensa popular* com Vitória é uma denúncia da mesma à secretaria de educação do estado de Rondônia que estaria se recusando a proceder com a lotação da professora em uma unidade escolar. Segundo Vitória, o estado alega não haver vaga para a lotação da mesma, mas para a educadora, o problema está na sua condição sexual. Nesse caso, o texto da professora é produzido no contexto responsivo a um avento anteriormente localizado e isso é necessário que consideremos.

As entrevistas de Geanne e Luma têm como suporte uma revista pensada para o público gay. Nesse contexto, devemos atentar para o que isso venha a significar em relação ao estatuto do enunciador e do receptor/destinatário desses textos. É possível que percebamos um discurso do enunciador orientado mais no sentido de afirmar sua condição exitosa de travesti, ao passo que ao destinatário (a revista, o jornal e seu público) importe mais questões relativas a gênero e sexualidade do que a figura social do profissional docente. Com isso, não podemos perder de vista os objetivos que instauram essa inte-

ração; mostrar as conquistas pela igualdade do movimento gay e/ou discutir o papel do professor no contexto educacional presente?

De posse dos textos, observamos a recorrência de alguns temas comuns ao discurso das três professoras: *as diferenças sexuais na escola* são levantadas no texto de **Vitória**: “a falta de apoio da SEDUC e de políticas públicas de inserção de professores pertencentes à classe GLBT é notória e muito evidente”. **Luma** também ressalta o tema: “tem que trabalhar o conjunto. O ideal é que a questão da inclusão não seja ilusória. Eles fazem assim: ah, pobrezinho da travesti e do deficiente, vamos colocá-lo na escola”. **Geanne** é mais pragmática: “o Governo poderia abrir mais espaço nas escolas, trabalhar melhor o corpo docente e prepará-lo para essa realidade”. Na visão dessas professoras, a escola não apoia nem lida adequadamente com a questão das diferenças sexuais. Uma vez que o professor não recebe orientação de como trabalhar essas diferenças, as políticas públicas funcionam apenas como paliativos.

O tema da *formação profissional* é reiterado pelas educadoras:

Para isto estudei, fiz duas graduações, especialização e mestrado. Recentemente fui aprovada no doutorado em educação. Isto prova o quanto tenho capacidade e o quanto posso ensinar aos filhos de Rondônia (VITÓRIA).

O doutorado veio como um percurso fundamental, meu desejo era buscar conhecimento e eu sabia que a única forma de alcançá-lo era galgando novos patamares, mestrado, doutorado, e assim eu fui seguindo esse caminho (LUMA).

Eu fiz faculdade muito cedo. Estudei Letras por opção e também para realizar o sonho de minha mãe, que sempre quis ter uma filha professora (GEANNE)

A capacitação profissional funciona para as três como fator de afirmação profissional e pessoal; enquanto no país a grande maioria dos professores da educação básica é apenas graduada, nossas pesquisadas continuam se capacitando e buscando mais conhecimento. Certamente por serem travestis, a cobrança seja maior como afirma **Luma**: “ a travesti é testada o tempo todo”, mostrando sua relação no ambiente escolar. A qualificação profissional é aqui um elemento de afirmação identitária que marca seu duplo lugar, pois ela não é só uma travesti, é também uma professora. É a lógica das relações de poder sob as quais se constituem as identidades, como mostra Foucault (*Op. cit.*).

Na busca pela afirmação de sua subjetividade de professora/travesti, esses agentes são compelidos a *devorar ao mesmo tempo que se recusam a serem devorados* e assim, reiteram sua capacidade profissional: “Fiz duas provas através de concurso PSS aprovada em primeiro lugar com mérito” afirma **Vitória**. **Luma** destaca: “Em 2003, o Estado do Ceará abriu vagas para professor, quatro delas previstas para biologia na cidade de Aracati. Das pessoas que se inscreveram, só eu passei. Das 4 vagas só passou uma pessoa, e esse foi o primeiro ‘tapa na cara’ de muita gente”.

O *preconceito na escola* também parece ser uma realidade para as professoras travestis.

A partir do momento que ela [a escola] não consegue fazer isso, você só vê a saída. No caso da travesti que não consegue ser chamada como gostaria, ser xingada, ser considerada um homem que se veste de mulher - e isso está no próprio dicionário: travesti é um homem que se veste de mulher -, tem que haver uma mudança nessa compreensão e nesse pensamento (LUMA).

Em todas as escolas que executei atividades docentes, percebia desde o instante que tomava posse a não aceitação dos diretores, professores e alunos. [...]estou sendo veemente perseguida por ser TRANSEXUAL (VITÓRIA).

Os alunos, pais e direção me respeitam, embora eu ainda tenha dificuldade com os outros professores e diretores. Pais e alunos sempre me olharam como eu os trato e, se você age dessa maneira, você recebe isso de volta. Essa é a base da minha vida profissional (GEANNE).

Como dito anteriormente, há identidades que estigmatizam, humilham. Parece ser este o caso das professoras travestis; elas não se sentem acolhidas no próprio ambiente de trabalho. A escola que deveria ser um espaço de inclusão por excelência, torna-se um lugar de resistência para o professor que precisa conquistar o direito de ser diferente. A professora travesti quebra a expectativa da representação que se tem do professor convencional. Poderíamos afirmar que a presença de travestis na condição de professora é uma transformação do gênero profissional docente. É um indício de que há outros modos desse gênero ser representado.

A *dedicação à causa educacional* subjaz ao discurso de cada uma das professoras. A infância pobre que tiveram no interior e o esforço contínuo para se firmar pessoal e profissionalmente, aparecem como causa de desejo de transformar a sociedade pela educação:

Sempre me preocupei com a qualidade da educação pública deste Estado. Aqui resido há 5 anos. Deixei toda uma história de vida e família para trazer meus conhecimentos de vida e de formação acadêmica aos filhos de Rondônia (VITÓRIA).

Aos 19 anos já estava dando aulas no interior e, mais tarde, me mudei para Embu das Artes. Era para eu ficar apenas um ano e estou aqui há 10. [...]Trabalhar na formação de cidadãos conscientes e críticos faz parte da minha profissão. Que tipo de ser humano quero formar? Um ser humano crítico, um ser pensante e sem preconceitos (GEANNE).

Eles [os alunos] viam isso: uma pessoa pobre, filha de analfabetos, estudante de escola pública, travesti, chegar onde eu cheguei, então pra eles eu era um exemplo de vida, alguém em quem eles podem se espelhar e pensar: ‘se ele conseguiu, eu também consigo, mesmo sendo diferente, mesmo tendo dificuldades na escola pública[...] Eles me viam como um amigo. Na minha aula, aprendiam muitas coisas do dia-a-dia deles; tinham o maior carinho por mim. Quando eu estava dando aula numa sala, tinham alunos que saiam da sala deles pra assistir a minha de novo (LUMA).

A partir dos fragmentos dos textos destacados anteriormente, podemos perceber o cruzamento de uma multiplicidade de vozes que engendram os discursos das professoras em questão. A voz institucional do governo toma o turno em passagens como *Ah pobrezinho da travesti* [...]. Em outros momentos, essa voz institucional é da própria escola em geral ou da figura do diretor em particular. Em alguns momentos, o discurso da professora dá vez à voz da sociedade civil e seus anseios como no enunciado de **Vitória**: “neste Estado tão carente de bons professores e, principalmente, na disciplina de Física, onde 70%

das salas de aula de ensino médio rondoniense não têm o privilégio de terem um profissional formado e habilitado na área”.

Pensando a linguagem através das relações dialógicas, em termos bakhtinianos, verificamos que o discurso das professoras travestis se apresenta como um tecido montado com recortes de vários outros tecidos; a metáfora perfeita de uma colcha de retalhos. Nos enunciados das professoras, surgem as vozes da família, dos alunos, dos pais de alunos, dos colegas de profissão, bem como a voz de outras travestis: “Não serei mais uma a ter de ganhar a vida na prostituição ou tendo que ser humilhada pela vida sexual que possuo”.

Observado este aspecto da heterogeneidade das vozes no discurso das professoras, verificamos que a identidade dessas profissionais apresenta-se numa fluidez constante, numa alternância entre o papel da professora e o papel da travesti. A luta desses sujeitos para que socialmente a travesti não sobrepuje a professora está visível em seus discursos abundantes em práticas de autoafirmação e resistência. É bem verdade que, diferentemente de qualquer outro professor, a professora travesti se expõe duplamente no exercício diário de sua profissão, pois além de sua identidade profissional, sua sexualidade não convencional também estará exposta.

## À guisa de conclusão

Como havíamos antecipado na apresentação, nossa visada neste artigo era no sentido de compreender como se configura o gênero profissional docente na perspectiva de professores travestis. Uma vez entendida a noção de gênero da atividade em par com as formulações bakhtinianas acerca dos gêneros do discurso, estabelecemos um eixo tríplice para a discussão acionando o conceito de identidade proposto pelos estudos culturais. Baseando-nos na proposta teórico-metodológica do ISD, nos foi possível alguns registros em torno da caracterização do gênero profissional docente.

Uma primeira notação a ser feita diz respeito à condição singular do grupo profissional investigado. O fator de linguagem que particulariza este grupo é da ordem da sexualidade, daí seu lugar de interdição social. As professoras desse estudo manifestam um descontentamento com a maneira da instituição escolar se relacionar com os diferentes, em particular aqueles que não se conformam ao modelo convencional de sexualidade. A escola projeta um arquétipo do gênero professor que destoa daquele construído por meio de outras práticas de linguagem pela professora que é travesti. É esse lugar do diferente que não tem lugar na escola que parece ser a grande questão profissional para estas professoras.

A carreira profissional do professor exige um trabalho de aperfeiçoamento constante. Se este professor não se inclui no *establishment*, a busca pela própria qualificação, que o distinga dos demais, torna-se quase regra. Como depõem as professoras, o conhecimento

acompanhado de uma melhor formação profissional, é um meio de elas se imporem, serem reconhecidas na própria comunidade escolar por seu trabalho como professora e escapar ao rótulo da travesti que é marginal e se prostitui.

Pelos discursos aqui analisados, atuar no gênero profissional docente representa, antes de tudo, assumir um compromisso com a transformação da mentalidade de cada ser humano e de práticas sectárias que estão arraigadas por toda a sociedade. No dizer desses atores, o professor travesti atua em duas frentes simultâneas: ao mesmo tempo que no presente precisa encarar os impedimentos sociais que dificultam seu acesso ao exercício de uma atividade profissional, precisa ao conquistá-lo, trabalhar na formação dos jovens para que no futuro este direito seja garantido.

Por fim, podemos afirmar que para caracterizar o gênero profissional docente devemos entendê-lo não como restrito apenas a um aspecto em particular, mas por um conjunto de fatores que engendram a formação histórico-cultural de cada grupo social que participa desse gênero. De outra forma, compreender o gênero profissional docente pelo discurso de professoras travestis é também compreender o pensamento, o modo de vida e o contexto sócio-histórico em que esses atores produzem linguagem.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail (V. N. VOLOCHINOV) *Discurso na Vida e Discurso na Arte*. Trad. para fins didáticos: Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. Original russo (1926).

\_\_\_\_\_. *A Estética da Criação Verbal*. Trad. M<sup>a</sup> Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12<sup>a</sup> Edição - São Paulo: HUCITEC, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. (2005). *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um Interacionismo Sociodiscursivo*. São Paulo: EDUC, 2003, caps. 2 e 3.

\_\_\_\_\_. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In.: BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. São Paulo: Mercado de letras, 2007, p. 137 – 156.

BUENO, Luzia. O trabalho como uma forma de agir no ISD. In.: BUENO, Luzia. *A construção de representações sobre o trabalho docente: o papel do estágio*. São Paulo: EDUC/Fapesp, 2009, caps. 2 e 3.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-172.

COLLING, Leandro. Quebrando o Complexo de Gabriela: uma análise da transexualidade na telenovela. *Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades*, Natal, v. 2, n. 5, p. 167-186, 2007.

FAÏTA, Daniel. Gêneros de discurso, gêneros de atividade, análise da atividade do professor. In.: MACHADO, Ana Rachel (org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. São Paulo: Eduel, 2004, p. 57 – 80.

FOUCAULT, Michel. (1995). *O sujeito e o poder*. Tradução, Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOTT-FERNANDEZ, Cristina. A tessitura do gênero profissional decente revelada em narrativas de aprendizagem. CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (org.) *Estudos da Linguagem à luz do Interacionismo Sociodiscursivo*. Londrina: UEL, 2008, p. 145 – 161.

Revista *A capa* ed. 18. São Paulo-SP: Infonet Business Ltda, jan. 2009.

Revista *A capa* ed. 21. São Paulo-SP: Infonet Business Ltda, abr. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (2000) A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Disponível em: [www.imprensapoular.inf.br](http://www.imprensapoular.inf.br) Acessado em 21 dez. 2009.



## José Domingos

Doutor em Linguística pelo programa de Pós-Graduação em Linguística - PROLING - da Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisa em Análise do Discurso sobre produção de identidades na contemporaneidade, relações de poder e processos de subjetivação, mídia, discurso e sentido. É professor efetivo do Departamento de Letras e Artes (DLA) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

# Mais obras sobre Linguística por José Domingos



Discurso, poder e  
subjetivação: uma  
discussão foucaultiana



O discurso dos ursos:  
outros modos de ser da  
homoafetividade



Do armário ao altar:  
a constituição do sujeito  
homoafetivo no discurso  
midiático



Práticas discursivas  
contemporâneas: corpo,  
memória e subjetividade



Práticas discursivas  
contemporâneas: corpo,  
identidade e mídia



O discurso dos ursos:  
Foucault e mídia: entre  
pirotécnicas e reflexões

<https://www.marcadefantasia.com>